Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e de intimação dos executados **VITOR MARCELO LOPES TORRES** (RG nº 16.630.253 SSP/SP e CPF nº094.284.558-73), **MARINEZ APARECIDA DA SILVA** (RG nº 29.499.300-9 SSP/SP e CPF nº 101.576.148-83), bem como para cientificação de Tulio dos Santos Laudino, qualificação ignorada, Florinda dos Santos (CPF nº 125.859.348-37) e Rosemeire Aparecida dos Santos (CPF nº 100.697.998-06) . A Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz, MM Juiza de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, na forma da Lei, FAZ SABER, que o presente Edital de 1ª e 2ª Praça do bem imóvel, abaixo, ou dele conhecimento tiverem e interessar possam que, por esse r. Juízo processam-se autos da Ação de Despejo em fase de execução, ajuizada por **ROGERIO DE CARVALHO** (CPF nº 587.247.888-72), Processo nº 0049112-33.2003.8.26.0001, tendo sido designada a venda do bem abaixo descrito, de acordo com as regras expostas a seguir: O bem será vendido no estado em que se encontra e a praça será realizada por meio eletrônico, com fulcro nos artigos 879 e seguintes do Código de Processo Civil, por meio do portal www.alianceleiloes.com.br. A 1ª praça terá início no dia **05/06/2018 às 14:00 horas e término dia 08/06/2018 às 14:00** horas e onde serão aceitos lances de interessados previamente cadastrados no site www.alianceleiloes.com.br; Não havendo lance superior ou igual ao valor da avaliação em 1ª Praça, fica desde já designado para início da 2ª Praça o dia **08/06/2018 às 14:01 horas** que se estenderá por no mínimo vinte dias e se **encerrará em 02/07/2018, às 14:00 horas**. Em primeiro e segundo leilão/praça a arrematação poderá ser dar por qualquer valor, ainda que inferior ao avaliação e desde que não seja o valor de trade de inferior a **60%** (sessenta por cento) do valor da avaliação (atualizada pelos índices adotados pelo TJSP desde o laudo), na forma do art. 13 do provimento CSM 1625/2009 ou de 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação atualizada, caso se trade de imóvel de incapaz, não sendo aceito em hipótese alguma lance vil, de acordo com o art. 891, § único do Novo CPC; as praças serão conduzidas pelo Leiloeiro Público Oficial Sr. Claudio Souza dos Santos, Leiloeiro Público Oficial do Estado de São Paulo JUCESP, sob o nº 857. Os lances poderão ser ofertados pela Internet, por meio do site www.alianceleiloes.com.br - Gestor Oficial. Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do bem, bem como, as despesas com transferência, incluindo taxas e emolumentos cartorais, despesas fiscais e tributárias no prazo da arrematação, e todas as despesas, que subrogarão no preço da arrematação, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro) horas após o encerramento do praça/ciência da liberação do lance condicional, por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, com a comprovação do efetivo pagamento do valor da arrematação, sem prejuízo de outras sanções, caso não sejam efetuados os pagamentos devidos, imediatamente, o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação judicial, sem prejuízo, se o caso, da aplicação da sanção prevista no art. 896 § 2º do CPC. O arrematante deverá pagar ainda a Alliance Leilões Gestor Judicial, no mesmo prazo, a título de comissão, o valor correspondente de 5% (cinco por cento) sobre o preço da arrematação, caso não sejam efetuados os pagamentos devidos no prazo do Decreto-Lei 21.981/32, por meio de depósito bancário em nome de Cláudio Sousa dos Santos – CPF 073.919.578-60, Banco Bradesco Agência: 0095, Conta Corrente: 171.261-6, não estando a referida comissão incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e deduzidas as despesas incorridas. **Descrição do bem**: Um predio e seu respectivo terreno situado na Rua Evaristo Roque, nº 12 e 12-A, antigo nº 12, na Chácara Maninos, bairro conhecida por Imirim ou Água Branca, no 8º subdistrito Santana, desta Capital, localizado do lado par, distante 53,80 metros mais ou menos da esquina da rua A, medindo 10,00 metros de frente, por 33,30 metros da frente aos fundos, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, onde confronta com o terreno de nº 12, de propriedade de Wilson dos Santos, 27,00 metros da frente aos fundos, do lado esquerdo, onde confronta com terreno de nº 14, de propriedade de Inacio Leocadio Vianna, e nos fundos medindo 11,75 metros, onde confrina com uma viela existente, encerrando a área de 298,50 m². Contribuinte nº 071.081.0013-4. Objeto da matrícula 29.584 do 3º CRI/SP. **Avaliação R$ 1.286.000,00** (11/2015), valor que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJSP. Conforme Av. 3 numero o predio sob numeros 70 e 74 da Rua Evaristo Roque, objeto desta matrícula ,corresponde atualmente aos numeros 62 e 64. Conforme Av.5 Consta penhora exequenda. **Pagamento Parcelado**: Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: claudio@alianceleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). *O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado. A apresentação de proposta não suspende o leilão* (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a execução forcada do compromisso, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação; (Art. 895, § 4º e 5º do CPC) **Adjudicação** - Na hipótese de adjudicação do bem pelo exequente, este ficará responsável pelo pagamento da comissão devida ao Leiloeiro Público Oficial, que nesse caso será de 3% (três por cento). Remição: Pelo cônjuge, herdeiro ou seus sucessores, a qualquer tempo, até a publicação do Edital, para dividir ou adjudicar, ou alienado o bem, deverão apresentar até a data e hora designadas para o praça, a quia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto a remição da execução ou celebração do acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverão(ão) o(s) executado(s) pagar a importância devida atualizada, acrescida de juros, custas processuais, honorários advocatícios e a comissão devida ao Leiloeiro Público Oficial de 5% (cinco por cento) sobre o valor pago (divida exeqüenda). Concurso de credores e demais disposições, em caso de arrematação, o crédito do exequente no processo em epígrafe, por sua natureza "propter rem", terá preferência sobre os demais, sendo o débito atualizado, acrescido das parcelas vincendas até a realização da alienação, integralmente satisfeito no valor de arrematação, mediante expedição de edital de débito pelo condomínio exequente (sendo o valor apurado com a alienação insuficiente a diferença será de responsabilidade do arrematante). Demais créditos servirão para pagamento de débito de IPTU, e persistindo saldo, este será do executado e/ou demais credores. A publicação deste Edital supre eventual inexistosa nas notificações pessoais dos executados e dos respectivos patronos. Dos autos, não consta recurso pendente de julgamento. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado, na forma da Lei. São Paulo, 03 de abril de 2018. Fernanda de Carvalho Queiroz – Juíza de Direito

Pirapora Agropecuária S.A.

CNPJ 89.696.201/0001-62

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016. As Demonstrações Financeiras completas e o relatório de Notas Explicativas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela GF Auditores que emitiu seu relatório em 24 de março de 2018.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em Reais - R$)

	2017	2016		2017	2016
Ativo			**Passivo e patrimônio líquido**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	11.161	20.153	Fornecedores	237.350	423.775
Clientes	287.020	515.372	Dividendos a pagar sobre capital próprio	152.094	152.094
Estoques	4.434.211	3.373.236	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	146.479	179.693
Tributos a recuperar	249.719	251.558	Obrigações tributárias	263.509	1.237.258
Outros créditos	337.046	8.547	Parcelamento de impostos	189.706	–
	5.319.157	4.168.866	Contas a pagar	9.518	23.322
				998.656	2.016.142
Não circulante	5.991.483	5.568.637	**Não circulante**		
Projeto em parceria	537.081	1.738.061	Impostos diferidos	3.260.318	3.492.456
Partes relacionadas	326.883	532.908	Parcelamento de impostos	64.259	–
Impostos diferidos	–	184.108	Adiantamentos de clientes	670.171	644.647
Depósitos judiciais	9.404.410	9.355.594	Partes relacionadas	2.333.868	744.144
Investimentos	10.982.055	10.464.897		6.328.616	4.881.247
Imobilizado	11.809	11.087	**Total do passivo (circulante e não circulante)**	7.327.272	6.897.389
Intangível	**27.253.701**	**27.856.292**	**Patrimônio líquido**		
			Capital social	2.349.600	2.349.600
			Reserva de capital	344.130	344.130
			Reserva legal	469.920	469.920
			Reserva de lucros	18.606.037	18.734.130
			Ajuste de avaliação patrimonial	3.475.899	3.229.989
				25.245.586	**25.127.769**
Total do ativo	**32.572.858**	**32.025.158**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**32.572.858**	**32.025.158**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**2.349.600**	**344.130**	**344.000**	**13.937.401**	**5.241.489**	–	**22.216.620**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	4.922.648	4.922.648
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(2.011.500)	–	(2.011.500)
Complemento da reserva legal	–	–	125.920	–	–	(125.920)	–
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	4.796.729	–	(4.796.729)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.349.600**	**344.130**	**469.920**	**18.734.130**	**3.229.989**	–	**25.127.769**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(128.093)	(128.093)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	245.910	–	245.910
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	(128.093)	–	128.093	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.349.600**	**344.130**	**469.920**	**18.606.037**	**3.475.899**	–	**25.245.586**

Demonstração do Resultado dos Exercícios (Em Reais - R$)

	2017	2016		2017	2016
Receita operacional líquida	2.604.332	9.745.167	**Resultado financeiro**		
Custo dos produtos vendidos	(665.042)	(454.304)	Receitas financeiras	1.026	35.268
Lucro bruto	**1.939.490**	**9.290.857**	Despesas financeiras	(358.503)	(16.545)
Receitas (despesas) operacionais				**(357.477)**	**18.723**
Gerais e administrativas	(1.411.103)	(1.842.610)	**Resultado antes do IRPJ e CSLL**	**(128.040)**	**7.593.936**
Equivalência patrimonial	48.816	74.590	**Imposto de renda e contribuição social**		
Ajuste líquido - Valor justo ativo biológico	(443.394)	326.062	Correntes	(151.173)	(773.839)
Outras receitas (despesas) operacionais	84.828	83.324	Diferidos	151.920	(2.254.446)
				747	(3.028.287)
(1.710.853)	**(1.358.644)**	**Lucro (prejuízo) líquido**		**(128.093)**	**4.922.649**
Lucro operacional	**228.637**	**7.932.213**	**Resultado por ação atribuível aos acionistas**	**(0,05)**	**2,10**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (Método Indireto) (Em Reais - R$)

	2017	2016
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(128.040)**	**7.593.936**
Ajustes do resultado que não afetam o caixa		
Depreciações e amortizações	1.406.031	824.860
Equivalência patrimonial	(48.816)	(74.590)
Valor residual de baixa de gado	1.067.412	260.892
Ajuste líquido - Valor justo ativo biológico	443.394	(1.458.311)
(+) Lucro do exercício ajustado	**2.739.181**	**7.593.787**
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	228.352	(293.342)
Estoques	(1.906.010)	(1.120.060)
Outros créditos	(328.499)	45.160
Tributos a recuperar	1.839	(173.899)
Projeto em parcerias	(422.846)	(734.419)
Impostos diferidos (ativo e passivo)	(26.113)	(1.288.111)
Depósitos judiciais	184.108	–
Fornecedores e contas a pagar	(200.229)	(84.620)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.006.963)	1.092.784
Parcelamento de impostos	253.965	–
Adiantamentos de clientes	25.524	644.647
CSLL pagos	(35.923)	(53.502)
Outros créditos líquidos	–	(134.543)
(3.232.795)	**(1.830.852)**	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(493.614)**	**5.672.935**
Atividades de investimento		
Aquição de imobilizado e intangível	(3.042.218)	(5.529.626)
Venda de imobilizado	735.116	279.963
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**(2.307.102)**	**(5.249.663)**
Atividades de financiamento		
Captações (pagamento) - Partes relacionadas	2.791.724	(1.192.515)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	**2.791.724**	**(1.192.515)**
Variação líquida (redução) de caixa	**(8.992)**	**(769.243)**
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	20.153	789.396
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	20.153	789.396
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(8.992)**	**(769.243)**

Demonstração do Resultado Abrangente (Em Reais - R$)

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(128.093)	4.922.649
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(128.093)**	**4.922.649**

Diretoria

Marcio Kalil Takiguchi - Diretor-Presidente
Hélio Oda - Diretor Superintendente
Denival Douglas Benicio - Diretor-Gerente

Contador

Antonio Carlos Machado - CRC 1SP178287/O-1

SARAIVA E SICILIANO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/NIM nº 61.385.284/0001-04

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a comparecer às Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária que se realizarão, sucessivamente, no dia 27 de abril de 2018, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Henrique Schaumann, 270, 5º andar, sala C, Pinheiros, São Paulo/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. **Assembleia Geral Extraordinária**: 1.1. Modificação no número e na nomenclatura dos cargos da Diretoria, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; **2. Assembleia Geral Ordinária:** 2.1. Exame, discussão e votação do relatório da administração e das demonstrações financeiras com parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017; 2.2. Destinação do resultado (prejuízo) do exercício social encerrado em 31/12/2017; 2.3. Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação dos limites da remuneração global da Administração. 3. Instruções Gerais: Os mandatos de representação na Assembleia deverão ser depositados na Presidência do Conselho de Administração, na Rua Henrique Schaumann, 270, 5º andar, São Paulo/SP, até 24 horas antes da realização da mesma.

São Paulo, 17 de abril de 2017.

Jorge Eduardo Saraiva - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal O DIA SP

NGE EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF 03.930.001/-21

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Ativo				
Circulante				
Disponibilidades	3	22	53	123
Contas a receber	118	-	438	45
Impostos a recuperar e outros	-	-	212	213
	121	22	703	381
Não circulante				
Contas correntes - acionistas	290	-	8	50
Rebanho bovino em formação	-	-	236	77
Impostos a recuperar e depósitos judiciais	-	-	147	132
Investimentos	4.009	4.084	-	-
Imobilizado	2.407	2.407	6.008	6.313
	6.706	6.491	6.399	6.572
	6.827	6.513	7.102	6.953

Demonstrações de Resultados

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional bruta:				
Resultado de equivalência patrimonial	215	(246)	-	-
Venda de produtos e serviços	-	-	1.259	985
	215	(246)	1.259	985
Deduções				
Impostos incidentes sobre as vendas e abatimentos	-	-	(11)	(6)
Receita operacional líquida	215	(246)	1.248	979
Custo dos produtos e serviços vendidos	-	-	(352)	(382)
Lucro Bruto	215	(246)	896	597
(Despesas) receitas operacionais:				
Administrativas e gerais	(10)	(173)	(449)	(824)
Financeiras líquidas	(2)	(1)	(39)	4
	(12)	(174)	(488)	(820)
Lucro (Prejuízo) operacional	203	(420)	408	(223)
Resultado não operacional decorrente da alienação de ativo permanente	-	(203)	-	(203)
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS	203	(420)	205	(426)
Participação dos minoritários	-	-	(2)	6
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	203	(420)	203	(420)
Lucro (Prejuízo) líquido por mil ações do capital final - R$	38,41	(79,50)	38,48	(79,50)

Passivo	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante				
Fornecedores e outras contas	1	1	1	4
Financiamentos	-	-	74	167
Salários e férias a pagar	-	-	438	45
Impostos a recolher	-	-	12	8
	1	1	112	214
Não circulante				
Contas correntes - acionistas	398	227	398	228
Financiamentos	-	-	-	73
Impostos compensados e outros	-	-	135	129
	398	227	533	430
Participação de minoritários	-	-	29	24
Patrimônio líquido				
Capital social	5.843	5.843	5.843	5.843
Reserva de lucros	585	585	442	(442)
	6.428	6.285	6.429	6.285
	6.827	6.513	7.102	6.953

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 /01/2016	**6.301**	-	**(1.816)**	**4.485**
Aumento de capital conforme Ata AGOE realizada em 18/04/2016, registrada Jucesp 08/06/2016	3.340	-	-	3.340
Redução de capital conforme Ata AGOE realizada em 17/08/2016, registrada Jucesp 08/06/2016, mediante:				
Absorção de prejuízos acumulados	(2.678)	-	2.678	-
Entrega de bens aos acionistas	(1.120)	-	-	(1.120)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(420)	(420)
Reserva de lucros	-	442	(442)	-
Saldos em 31/12/2016	**5.843**	**442**	-	**6.285**
Lucro líquido do exercício	-	-	203	203
Destinação do resultado do exercício:				
Dividendos distribuídos	-	-	(60)	(60)
Reserva de lucros	-	143	(143)	-
Saldos em 31/12/2017	**5.843**	**585**	-	**6.429**

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**203**	**(420)**	**203**	**(420)**
Ajustes para conciliar o resultado líquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação	-	-	140	147
Resultado da equivalência patrimonial	(215)	246	-	-
Participação de minoritários	-	-	2	(6)
Custo residual do ativo permanente vendido/baixado	-	19	255	185
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber	(118)	-	(391)	334
(Aumento) redução em estoques a recuperar	-	-	(15)	(11)
(Aumento) redução rebanho bovino em formação	-	-	(159)	238
(Aumento) redução em impostos a recuperar	-	1	(3)	(1)
Aumento (redução) em salários e férias a pagar	-	-	(10)	11
Aumento (redução) impostos a recolher e outros	-	-	10	13
Aumento (redução) contas correntes - acionistas	171	170	214	(3.036)
Caixa líquido proveniente das operações	**41**	**16**	**246**	**(2.546)**
Atividades de investimentos				
Aporte de capital em controlada	-	3.340	-	3.340
Aquisição de ativo permanente	-	-	(91)	(495)
Disponibilidades geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	**-**	**3.340**	**(91)**	**2.845**
Atividades de financiamentos				
Integralização de capital líquida de reduções	-	(2.220)	-	-
Devolução de termeos aos sócios	-	(1.119)	-	-
Financiamentos	-	-	(166)	(188)
Dividendos Propostos	-	(60)	-	-
Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	**(60)**	**(3.339)**	**(226)**	**(188)**
Aumento(redução) líquido disponibilidades	**(19)**	**17**	**(71)**	**111**
Disponibilidades em 01 de Janeiro	22	5	123	12
Disponibilidades em 31 de dezembro	3	22	52	123

A DIRETORIA
Antonio Agnaldo Zandona
Contador
CRC 1SP-144787/O-0

Prestador de Serviço Autorizado 1290 Parceiro VIZEU LEILOEIRO OFICIAL

VALINHOS/SP - 130 Veículos, Motos, Caminhões

5ª Feira - Dia 19/04/2018 às 10:00h.

Local do Leilão: Valinhos-SP: Rua Clark, s/nº - Bairro Macuco.
Visitação: 5ª Feira a partir das 8:00h. no local do Leilão.

Lances e Fotos: VIZEUONLINE.COM.BR (19) 3881-7082 / (11) 5071-8555

Washington Luiz Pereira Vizeu - Leiloeiro Oficial - Jucesp 414.

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1107793-50.2015.8.26.0100. O Dr. Sidney da Silva Braga, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Tania Mara Barbosa de Souza (CPF. 188.343.798-96), que Cruz Azul de São Paulo Participações Ltda. ajuizou Ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando o pagamento de R$ 4.879,43 (outubro de 2015), referente as Notas de Serviços nº's 194717, 194759, 199236, 197525, 208654, 214443, 256519, 260000, 270862, 270712 e 278917, oriundas da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. SP, 15/03/2018. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2018. 18 e 19/ 04/ 2018

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1008240-66.2016.8.26.0011. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Distribuidora de Livros Aguia Ltda. e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008240-66.2016.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Francisco Carlos Inouye Shintate, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DISTRIBUIDORA DE LIVROS AGUIAS LTDA. CNPJ 019.548.529/0001-72, IVER CLAYTON DOS SANTOS SILVA, RG 17088440, CPF 027.580.589-76, LAIONEL WIES EY DOS SANTOS SILVA, CPF 059.485.429-63 que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: Execução da Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro nº 16253.698, no valor de R$ 17.273,81. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, de todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue anexa, para no prazo de 03 (três) dias útes, pagar a dívida no valor de R$ 17.273,81, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias úteis. 1- Caso o(s) executado(s) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art.827, § 1º do CPC). 2- No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(s) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(s) executado(s) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguirão-se os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. 3- O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A ação pode parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). Ainda, determinada a INTIMAÇÃO da DISTRIBUIDORA DE LIVROS AGUIAS LTDA. CNPJ 019.548.529/0001-72, do arresto dos direitos de crédito decorrentes da conta consorcial 0441-30083009-5 e capitalizações de nº 700, grupo 0754, agência 2207, do Banco Bradesco S.A. Por fim, expeça-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo de publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2018. 18 e 19/04/2018

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1049533-43.2016.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum - Transporte de Coisas Requerente: Craft Multimodal Ltda Requerido: A Atual Card do Brasil Gráfica e Editora Ltda - Epp EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049533-43.2016.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando Henrique de Oliveira Batistuzzo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a A ATUAL CARD DO BRASIL GRAFICA E EDITORA LTDA (CNPJ/MF sob nº 05.692.814/0001-58) que CRAFT MULTIMODAL LTDA, lhe ajuizou uma AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, para receber a quantia de R$ 46.044,00, referente ao Termo de Responsabilidade sobre a Devolução de Contêiner. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2018. 17 e 18/04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1007764-58.2016.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Pratavieira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Medina Marques Oliveira Sousa, CPF 054.690.968-54, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaucard S.A, relativa ao veículo marca Fiat/Doblo (Flex) Adventur, vermelho, ano 2014, placa FKM 0357, chassi 9BD119400E7112599, apresentando o(a) ré(u) em 11.03.2016, haja sido o inadimplemento da cédula de crédito nº 30410-145005427. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, pague a integralidade da dívida pendente, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer resposta, ambos a fluir do prazo supra, sob pena de o(a) réu(ré) ser considerado(a) revel e citado(a) para a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de fevereiro de 2017. 17 e 18.04

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0128947-42.2007.8.26.0100**.O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 6ªVara Cível,do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a).Emanuel Brandão Filho,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) RICARDO JOSÉ CARUSO,CPF 039.947.158-41,que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Luiz Fortunato de Lucia,também figurando como executado Rozella Guide Caruso,para cobrança de R$41.886,54(fevereiro/2007),decorrente do contrato de locação do imóvel localizado à Al.Ribeirão Preto,309 apto.211,Cerqueira Cesar,São Paulo-SP.Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL,para que,no prazo de 15 dias,contados do término do prazo de 20 dias deste edital,a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 17/ 18/

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** PRAÇA ARY FRANCISCO DE PAULO, Nº 14, ANTIGA RUA 25, ANTIGA PRAÇA A, PARTE DOS LOTES 59, 60 E 61, QUADRA 27, VILA SÃO FRANCISCO, DISTRITO DE ERMELINO MATARAZZO SAO PAULO SP CEP 03679120

1º leilão 18/04/2018 partir 14:30 horas
2º leilão 09/05/2018 partir 11:45 horas
Local CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
Mutuarios:
ALBERTO PERES, CPF 08561080817, casado(a) com ELAINE COSTA PERES, CPF 08207423846.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilao
Informações tel 1139310744 ou RUA ARACI, 162, COLINAS DE INHANDJARA JARDIM BRASIL ITUPEVA SP CEP 13295000

ARY ANDRÉ NETO
Leiloeiro Oficial

16 - 17 - 18/04/2018

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM

Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP 04110-020
CNPJ: 61.000.683/0001-71

Relatório da Diretoria

SENHORES (AS) A Diretoria da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, submete à apreciação as Demonstrações Contábeis Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
CIRCULANTE		**20.627.304**	**22.152.048**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	04 (a)	**13.507.639**	**12.975.363**
Caixa		178.871	96.452
Bancos Conta Movimento(o/restrição)		911.292	1.531.014
Bancos Conta Movimento(c/restrição)	04 (a2)	5.670	68.639
Bancos Conta Aplicações c/prazos(o/restr.)	04 (b)	11.202.370	10.200.120
Bancos Conta Aplicações c/prazos(c/restr.)	04 (a2)	1.269.435	1.079.139
CLIENTES E OUTROS RECEBIVEIS		**2.278.041**	**2.081.467**
Anuidades a Receber	04 (c)	6.988.852	5.762.201
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(4.710.811)	(3.680.734)
ESTOQUES		**1.286.568**	**3.729.471**
Estoques	04 (e)	1.286.568	3.729.471
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	04 (f)	**3.495.057**	**3.365.747**
Outros Valores e Bens		2.518.240	1.271.807
Convênios e Subvenções		248.324	1.408.405
Impostos a Recuperar		74.227	83.464
Despesas Antecipadas		56.054	53.736
Adiantamentos Funcionários		421.878	434.845
Cursos Extra Curriculares/Mat.Didático		440.939	321.359
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(264.605)	(207.870)
NÃO - CIRCULANTE		**322.597.317**	**329.109.782**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	04 (g)	**5.235.059**	**5.877.259**
Aluguéis		22.116	986.721
Depósitos Judiciais		5.212.943	4.890.537
INVESTIMENTOS	06	**5.264.710**	**5.436.119**
Direitos de Uso de Telefone		48.302	48.302
Propriedades para Investimento - Terrenos		3.257.762	3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações		2.608.300	2.663.300
(-) Depreciação Investimento		(649.654)	(533.244)
IMOBILIZADO	04 (h) / 07	**311.491.378**	**317.004.457**
BENS EM USO		**311.491.378**	**317.004.457**
Terrenos		191.024.238	191.024.238
Edificações		127.889.542	126.023.826
Benfeitorias em Imóveis em Andamento	04 (i)	-	1.329.769
Móveis e Utensílios		11.366.057	11.225.379
Máquinas e Equipamentos		3.342.987	3.309.864
Veículos		1.356.576	1.436.576
Biblioteca		1.874.966	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.262.212	2.262.212
Imóveis em Comodato		7.174.670	7.174.670
(-) Depreciação Acumulada		(33.934.572)	(27.880.787)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros		(2.742.780)	(2.593.737)
(-) Impairment		(422.518)	(422.518)
(i) Benfeitorias em Imóveis em Andamento: As construções e benfeitorias em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais, que quando prontas constituirão o Imobilizado da Instituição. No ano de 2017 todas as Benfeitorias em andamento foram finalizadas e incorporadas em Edificações.			
		2017	**2016**
Benfeitorias em Imóveis em Andamento		-	1.329.769
j) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores incorridos, acrescidos dos encargos financeiros incorridos e ajustados a valor presente quando cabível e calculados são registrados com os encargos incorridos até a data do balanço patrimonial com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Este grupo está composto pelo seu valor nominal, acrescido de encargos e variações monetárias ocorridas e ainda obrigações fiscais e empregatícias, trabalhistas e outras obrigações, bem como as provisões sociais.			
		2017	**2016**
CIRCULANTE		**17.693.362**	**16.361.490**
Obrigações Trabalhistas		33.567	44.818
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		5.729.540	4.183.646
Fornecedores		450.437	615.274
Outras Obrigações a Pagar		4.083.400	4.330.611
Provisões Trabalhistas	04 (l)	2.769.369	2.797.757
Receitas Antecipadas	9	4.627.049	4.389.384
NÃO - CIRCULANTE	13	**451.692**	**451.692**
Provisão para Contingência		451.692	451.692
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	**325.079.567**	**334.528.648**
Patrimônio Social		137.508.092	144.405.703
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis		195.714.448	196.583.839
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis		1.810.337	2.198.163
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imobilizado		(504.229)	(504.229)
Resultado Exercício Anteriores	11	(357.803)	217.370
Deficit do Exercício	04 (n) / 16	(9.091.278)	(8.372.199)
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**343.224.622**	**351.341.830**
CONTAS EXTRA PATRIMONIAIS	28	**31.457.584**	**31.795.287**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 -100%		13.513.653	14.930.620
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 -50%		1.219.207	1.225.856
Programa de Apoio a Aluno Bolsista		126.511	166.221
Programas Assistência Social		12.011.311	11.349.692
Programa de Bolsa Convenção Coletiva		4.586.902	4.122.899

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO (Em Reais)

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
CIRCULANTE	04 (j)	**17.693.362**	**16.361.490**
Obrigações Trabalhistas		33.567	44.818
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		5.729.540	4.183.646
Fornecedores		450.437	615.274
Outras Obrigações a Pagar		4.083.400	4.330.611
Provisões Trabalhistas	04 (l)	2.769.369	2.797.757
Receitas Antecipadas	9	4.627.049	4.389.384
NÃO - CIRCULANTE	13	**451.692**	**451.692**
Provisão para Contingência		451.692	451.692
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	**325.079.567**	**334.528.648**
Patrimônio Social		137.508.092	144.405.703
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis		195.714.448	196.583.839
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis		1.810.337	2.198.163
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imobilizado		(504.229)	(504.229)
Resultado Exercício Anteriores	11	(357.803)	217.370
Deficit do Exercício	04 (n) / 16	(9.091.278)	(8.372.199)
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**343.224.622**	**351.341.830**
CONTAS EXTRA PATRIMONIAIS	28	**31.457.584**	**31.795.287**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 -100%		13.513.653	14.930.620
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 -50%		1.219.207	1.225.856
Programa de Apoio a Aluno Bolsista		126.511	166.221
Programas Assistência Social		12.011.311	11.349.692
Programa de Bolsa Convenção Coletiva		4.586.902	4.122.899

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO (Em Reais)

	2017		2016	
RECEITAS	**99.521.425**		**99.950.676**	
Receitas de Atividades Área Educacional	66.067.885		65.759.886	
Bolsas de Estudo (12.101/09)	14.732.860		16.160.976	
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	4.586.902		4.122.899	
Receitas de Atividade Meio	7.956.556		8.035.168	
Devolução Material Pedagógico	(99.502)		(268.465)	
Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	798.385		645.016	
Receitas Patrimoniais	-		-	
Outras Receitas	5.478.340		5.495.196	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(23.153.217)**		**(21.891.842)**	
CMV	(3.648.913)		(1.121.413)	
Custos de Manutenção das Atividades	(19.504.304)		(20.770.429)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-		-	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**76.368.208**		**78.058.834**	
Depreciações / Amortizações	(6.750.916)		(6.189.862)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	-		-	
PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**69.617.292**		**71.868.972**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO				
EM TRANSFERÊNCIA	**4.973.563**		**5.538.861**	
Receitas / Subvenções	3.595.533		2.898.392	
Receitas Financeiras	1.378.031		2.640.469	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**74.590.856**	**%**	**77.407.833**	**%**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Colaboradores	52.032.183	69,76	53.624.621	69,28
Bolsas de Estudos (12.101/09)	14.732.860	19,75	16.160.976	20,88
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	4.586.902	6,15	4.122.899	5,33
Gratuidade Assistência Social	12.011.311	16,10	11.491.262	14,85
Apoio Aluno Bolsista	126.511	0,17	132.466	0,17
Governo	192.366	0,26	247.808	0,32
Deficit do Exercício	(9.091.278)	(12,19)	(8.372.199)	(10,82)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**74.590.855**	**100,00**	**77.407.833**	**100,00**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESULTADO EX. ANTERIOR	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**143.412.417**	**(1.880.221)**	**186.271**	**202.993.163**	**(28.153)**	**342.683.478**
Transferido p/ Patrimônio	(3.880.221)	3.880.221	-	-	-	-
Resultado Exercício Anterior	(28.153)	-	-	-	245.523	217.370
Déficit/ Superavit de 2016	-	(8.372.199)	-	-	-	(8.372.199)
Ajuste Patrimonial Imóveis	2.970.089	-	-	(2.970.089)	-	-
Ajuste Patrimonial Móveis	1.241.071	-	-	(1.241.071)	-	-
Ajuste Patrimonial de Imobilizado	504.229	-	-	(504.229)	-	-
Incorporação da Reavaliação	186.271	-	(186.271)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**144.405.703**	**(8.372.199)**	**-**	**198.277.774**	**217.370**	**334.528.648**
Transferido p/ Patrimonio	(8.372.199)	8.372.199	-	-	(217.370)	(217.370)
Resultado Exercício Anterior	217.370	-	-	-	(357.803)	(140.433)
Déficit/ Superavit de 2017	-	(9.091.278)	-	-	-	(9.091.278)
Ajuste Patrimonial Imóveis	869.391	-	-	(869.391)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	387.826	-	-	(387.826)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**137.508.092**	**(9.091.278)**	**-**	**197.020.557**	**(357.803)**	**325.079.567**

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.000.683/0001-71, pessoa jurídica de direito privado, do tipo "**ASSOCIAÇÃO**", sem fins lucrativos, de natureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência social, com fins econômicos e finalidade específica de atuar na EDUCAÇÃO. Considerada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 60.914 de 30/06/1967, de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 40.028 de 30/04/1962 e de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 10.629 de 28/08/1973. **Registrada** no Conselho Municipal de Educação do Município de Taquaritinga nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Pindamonhangaba e Rio de Janeiro; no Conselho Estadual de Educação de São Paulo; no Conselho Municipal de Assistência Social nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Taranjaí Paulista e Pindamonhangaba; no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Taranjaí Paulista e Pindamonhangaba e no Conselho Municipal do Idoso na cidade de Jundiaí. Possui **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS),** renovado pela Portaria do MEC/MDS/MS Nº 102 de 08/02/2011 publicado no dia 10/02/2011, página 35, do Diário Oficial da União, com validade de 31/12/2012. Com protocolos de renovação nºs. 23.000.00.908/2012-26 de 29/06/2012 e 23.000.023380/2015-41 DE 15/12/2015. Tem por finalidade a educação, o ensino, a cultura, a assistência social como instrumento de defesa, proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme artigo 8º de seu Estatuto Social, para atendimento de suas finalidades, ASSOCIAÇÃO envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: I - oferecer e desenvolver a educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na forma do art. 214 da Constituição Federal; II - oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social sendo: a) educação profissional, educação social, educação religiosa, e formação humana integral; III - promover atividades culturais; IV - promover atividades de promoção social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, conferências, seminários, simpósios e conferências; V - promover ações de Proteção Social, Básica e Especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - desenvolver atividades de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica e especial, para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos idosos em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; VIII - promover ações de proteção à família, à infância, à adolescência; IX - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas reiso em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; X- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de produtos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, demais atividades geradoras de recursos e rendas; XI - Manter e administrar a nefeniente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades; 1) Editora Vicentina; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio Santo Antônio de Lisboa; 6) Núcleo de Formação e Promoção São Vicente de Paulo; 7) Lar Nossa Senhora das Graças; 8) Colégio São Vicente de Paulo - Jundiaí - Unidade 2; 9) Educandário São Vicente de Paulo - Casa Pia Cônego Tobias; 10) Ingredientes ABCD; 11) Colégio Francisco Telles; 12) Recanto Vicentino; 13) Ingredientes ABCD - Unidade 2; 14) Colégio São Vicente de Paulo - Taquaritinga; 15) Lar Nossa Senhora dos Pobres; 16) Centro Promocional Dino Bueno; 17) Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima; 18) Sede Administrativa. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atenção aos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.138/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, especialmente Resolução nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata do Relatório Contextual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **NOTA 03 - FORMA DE DADÉ DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC TG 2000):** A Associação utiliza o Princípio contábil da competência uniforme de seus atos e fatos administrativos, e registros contábeis contém números de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem interna ou externa ou, na sua falta, documentos que compreendem os dividenciem fatos e a práticas contábeis adotadas. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente arquivadas na Sede Administrativa da Associação. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou comprovem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil e/ou práticas de fato e/ou costumeiras. A entidade mantém em sua ordem a documentação contábil. **NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADA: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: a.1) Caixa e Equivalentes de Caixa (a/restrição):** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 08), Caixa e Equivalentes de Caixa, que trata do CPC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos a vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os valores referem-se ao somatório de varias contas correntes, todas devidamente e regularmente conciliadas;

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**12.292.533**	**11.827.586**
Caixa	178.871	96.452
Bancos Conta Movimento (o/Restrição)	911.292	1.531.014
Bancos Conta Aplicações C/Prazo (o/restrição)	11.202.370	10.200.120
a.2) Equivalentes de Caixa (c/restrição): Referem-se a recursos restrito de subvenções e não disponíveis em 2017, e a valores pertencentes aos usuários (idosos) abrigados no Lar Nossa Senhora dos Pobres **(Instituição do Longo Permanência para Idoso)**, tem numerário pouco controle individualizado.

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.275.105**	**1.147.778**
Bancos Conta Movimento (c/Restrição)	5.670	68.639
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	1.269.435	1.079.139
b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

	2017	2016
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (o/restrição)	11.202.370	10.200.120
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	1.269.435	1.079.139
c) Ativos circulantes - Contas a receber de clientes: Referem-se ao montante a receber de clientes (alunos) e de outras contas conforme Estatuto do Idoso, vencidos até a data do balanço.

	2017	2016
Anuidades a Receber	6.988.852	5.762.201
d) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para se realizarem perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada segundo os critérios estabelecidos pela Entidade (mé-

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR BRUTO CONTÁBIL 2016	DESCRIÇÃO	BAIXAS	AJUSTE PATRIMONIAL	VALOR BRUTO CONTÁBIL 2017	DEPREC/ ACUM.	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL
DIREITO DE USO TELEFONES	48.302	-	-	-	48.302	-	48.302
TERRENOS	3.257.762	-	-	-	3.257.762	-	3.257.762
EDIFICAÇÕES	2.663.300	-	55.000	-	2.608.300	(649.654)	1.958.646
TOTAL INVESTIMENTOS	**5.969.364**	**-**	**55.000**	**-**	**5.914.364**	**(649.654)**	**5.264.710**

NOTA 07 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO: Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção. A parte de 2013 pelo custo atribuído, deduzidos da depreciação e do impairment do período, originando o valor líquido. Valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado **são periodicamente avaliados** para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação, as quais foram considerados adequados, com a finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Deliberação CVM Nº 583/2009, Deliberação CVM Nº 646/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27) e Resolução do CFC Nº 1.330/10 (NBC TG 04) e ITG 10. A avaliação dos imóveis (terrenos e edificações) foi efetuada em outubro de 2012, e os imóveis e utensílios foi efetuada em junho de 2013 pela empresa Stima Engenharia Ltda CNPJ/MF 06.932.665/0001-10, utilizando o método comparativo direto, ou seja, efetuado pesquisa sobre valores de mercado e/ou avaliação mensal de terrenos comparáveis e situados na mesma região geoeconômica dos terrenos avaliados, bem como dos móveis e utensílios, apropriando as taxas de depreciação de acordo com a vida útil de cada item individualizado.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2017

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR BRUTO CONTÁBIL EM 2016	ENTRADAS	SAÍDAS E TRANSFERÊNCIAS	VALOR BRUTO CONTÁBIL EM 2017	DEPREC/ AMORTIZ. ACUMUL.	IMPAIRMENT	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL
TERRENOS	191.024.238	-	-	191.024.238	-	-	191.024.238
EDIFICAÇÕES	126.023.826	-	1.865.716	127.889.542	(20.439.977)	-	107.449.565
BENFEITORIAS EM ANDAMENTO DE MÓVEIS	1.329.768	546.397	(1.876.165)	-	-	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS + MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.535.243	201.334	(27.533)	14.709.044	(8.695.583)	(312.180)	5.701.281
VEÍCULOS	1.436.576	-	(80.000)	1.356.576	(1.082.803)	(110.338)	163.435
TELEFONE	1.874.966	-	-	1.874.966	(1.873.317)	-	1.649
BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	2.262.212	-	-	2.262.212	(442.780)	-	1.819.432
TERRENOS EM COMODATO	3.841.000	-	-	3.841.000	-	-	3.841.000
EDIFICAÇÕES EM COMODATO	3.333.670	-	-	3.333.670	(1.842.892)	-	1.490.778
TOTAL IMOBILIZADO	**345.661.499**	**747.731**	**(117.982)**	**346.291.248**	**(34.377.352)**	**(422.518)**	**311.491.378**

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2017

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR BRUTO CONTÁBIL EM 2016	ADIÇÕES	BAIXAS	VALOR BRUTO CONTÁBIL EM 2017	AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL EM 2017
SOFTWARE	-	-	-	-	-	-
DIREITOS AUTORAIS	3.765.962	116.382	-	3.882.344	(3.276.172)	606.172
TOTAL DO INTANGÍVEL	**3.765.962**	**116.382**	**-**	**3.882.344**	**(3.276.172)**	**606.172**

NOTA 09 - RECEITAS ANTECIPADAS: As receitas antecipadas estão lançadas no Passivo Circulante, na qual engloba as receitas das anuidades escolares do exercício de 2018. Estas receitas possuem obrigação de devolução por parte da Entidade. As mesmas serão alocadas nas contas de resultado do exercício de 2018 mensalmente pelo regime de competência, a medida que o ano letivo é realizado.

	2017	2016
Receitas Antecipadas	4.627.049	4.389.384

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial enquanto não comprados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contraparidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

dia de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC Nº Parecer de Orientação da CVM 21/90. No ano de 2017 foi considerado também os valores referente a outros ativos circulantes.

	2017	2016
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(4.710.811)	(3.680.734)

e) Estoques Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16): Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercados e referem-se aos produtos destinados à venda aos alunos, bem como aos insumos para a manutenção das atividades "Ingredientes ABCD - Unidade 2" em 31 de dezembro de 2017.

	2017	2016
Estoques	1.286.568	3.729.471

f) Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelos seguintes saldos: adiantamentos (despesas do exercício seguinte), convênios e subvenções não recebidas, impostos a recuperar, despesas antecipadas, adiantamento a funcionários, e outros valores a receber das atividades sustentáveis, que ocorrerão no período de vigência benefícia e exercício social representados pelo seu valor nominal.

	2017	2016
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	**3.495.057**	**3.365.747**
Outros Valores e Bens	2.518.240	1.271.807
Convênios e Subvenções	248.324	1.408.405
Impostos a Recuperar	74.227	83.464
Despesas Antecipadas	56.054	53.736
Adiantamentos Funcionários	421.878	434.845
Cursos Extra Curriculares /Taxas / Material Didático	440.939	321.359
PCLD	(264.605)	(207.870)

g) Realizável a Longo Prazo: Este grupo está composto por valores a receber e recuperar. Consiste de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

	2017	2016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**5.235.059**	**5.877.259**
Aluguéis	22.116	986.721
Depósitos Judiciais	5.212.943	4.890.537

h) Imobilizado (ATIVO NÃO CIRCULANTE): Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, dedutido a depreciação, e leva em consideração a vida útil e a utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 NBC TG 27), as contas de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, veículos foram consideradas a valor presente tendo o ano de 2013.

IMOBILIZADO	2017	2016
Bens em Uso	**311.491.378**	**317.004.457**
Terrenos	191.024.238	191.024.238
Edificações	127.889.542	126.023.826
Benfeitorias em Imóveis em Andamento	-	1.329.769
Móveis e Utensílios	11.366.057	11.225.379
Máquinas e Equipamentos	3.342.987	3.309.864
Veículos	1.356.576	1.436.576
Biblioteca	1.874.966	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.262.212	2.262.212
Imóveis em Comodato	7.174.670	7.174.670
(-) Depreciação Acumulada	(33.934.572)	(27.880.787)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros	(2.742.780)	(2.593.737)
(-) Impairment	(422.518)	(422.518)

i) Benfeitorias em Imóveis em Andamento: As construções e benfeitorias em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais, que quando prontas constituirão o Imobilizado da Instituição. No ano de 2017 todas as Benfeitorias em andamento foram finalizadas e incorporadas em Edificações.

	2017	2016
Provisões Trabalhistas	2.769.369	2.797.757

m) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **n) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. **o) Provisão de Férias:** Os valores são mensurados pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidos quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Férias e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

	2017	2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(9.091.278)**	**(8.372.199)**
Deficit do Exercício	**(9.091.278)**	**(8.372.199)**

o) Trabalho voluntário: Em atendimento a NBC TG 2002, o trabalho voluntário de acordo com a Lei 9.608/98, foi contabilizado em contas de receitas, e os contratos de adesão arquivados. O trabalho voluntário foi realizado pelas associadas em praticamente todas as unidades, nas unidades de assistência social o trabalho foi destinado a atividades de diversão e jogos.

	2017	2016
Trabalho Voluntário	1.366.423	1.248.201

NOTA 05 - ESTIMATIVAS CONTÁBEIS: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento para determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a essas premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências de Ativos e Passivos e benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e os principais critérios e premissas de avaliação periodicamente. **NOTA 06 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - INVESTIMENTOS:** Conforme determinação da Resolução do CFC Nº 1.178/09 (NBC TG 28) - Propriedades para Investimentos, este grupo está constituído pelos bens (terrenos e edifícios) mantidos pela Entidade para auferir renda, e estes são registrados pelo valor de aquisição ou custo de construção e desde 2012 pelo custo atribuído ao custo em substituição ao valor de edificações. A Entidade adotou o critério de mensuração pelo método do custo da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado.

	2017	2016
Propriedades para Investimento - Terrenos	3.257.762	3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações	2.608.300	2.663.300
(-) Depreciação Investimento - Edificações	(649.654)	(533.244)
IMOBILIZADO	**311.491.378**	**317.004.457**
Bens em Uso	**311.491.378**	**317.004.457**
Terrenos	191.024.238	191.024.238
Edificações	127.889.542	126.023.826
Benfeitorias em Imóveis em Andamento	-	1.329.769
Móveis e Utensílios	11.366

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM – CNPJ/MF sob. nº 61.000.683/0001-71

PASSIVO	**8.867.129**	**2.115.906**	**5.190.623**	**1.971.397**	**18.145.054**	**7.487.868**	**2.704.280**	**5.054.707**	**1.566.327**	**16.813.182**
CIRCULANTE	**8.415.437**	**2.115.906**	**5.190.623**	**1.971.397**	**17.693.362**	**7.036.176**	**2.704.280**	**5.054.707**	**1.566.327**	**16.361.490**
Obrigações Trabalhistas	21.687	9.143	1.643	1.094	33.567	35.356	6.717	1.643	1.094	44.810
Obrigações Fiscais e Sociais a Rec	932.612	103.830	4.663.652	29.445	5.729.540	7.644	3.169	4.165.204	7.629	4.183.646
Fornecedores	300.269	76.141	52.528	21.494	450.437	174.661	144.266	292.089	4.357	615.274
Outras Obrigações a Pagar	729.435	1.372.275	276.326	1.701.364	4.083.400	4.293.179	2.031.106	393.484	1.291.726	4.339.611
Provisões Trabalhistas	1.919.894	552.563	196.474	100.439	2.769.369	1.971.032	519.022	202.287	105.417	2.797.757
Receitas Antecipadas	4.511.539	1.949	-	113.662	4.627.048	4.233.179	-	-	156.205	4.389.384
NÃO - CIRCULANTE	**451.692**	-	-	-	**451.692**	**451.692**	-	-	-	**451.692**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**451.692**	-	-	-	**451.692**	**451.692**	-	-	-	**451.692**
Provisão para Contingência	451.692	-	-	-	451.692	451.692	-	-	-	451.692
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**230.323.188**	**38.924.501**	**10.258.475**	**5.573.403**	**325.079.567**	**235.424.391**	**39.452.411**	**54.394.351**	**5.257.495**	**334.526.648**
Patrimônio Social	97.937.136	12.238.790	22.131.026	5.204.701	137.508.092	104.045.426	12.175.298	26.207.061	1.977.917	144.405.703
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imóveis	131.359.364	36.580.070	27.775.014	-	195.714.448	132.014.759	36.794.067	27.775.014	-	196.583.839
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis	875.135	241.729	688.528	54.945	1.810.337	1.148.886	266.737	688.528	78.413	2.198.163
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imobilizado	(292.935)	-	(211.293)	-	(504.229)	(7.551)	(285.384)	(211.293)	-	(504.229)
Resultado Exercícios Anteriores	(63.463)	(268.975)	(24.433)	(932)	(357.803)	(48.333)	(8.798)	289.308	(14.807)	217.370
Deficit do Exercício	511.451	(9.867.052)	(50.366)	314.689	(9.091.278)	(1.754.799)	(9.529.107)	(304.266)	3.215.973	(8.372.199)
TOTAL DO PASSIVO	**239.190.316**	**41.040.407**	**55.449.098**	**7.544.800**	**343.224.622**	**242.912.259**	**42.156.691**	**59.449.057**	**6.823.823**	**351.341.838**
CONTAS EXTRA PATRIMONIAIS	**19.464.539**	**12.011.311**	-	-	**31.457.584**	**19.445.595**	**11.349.692**	-	-	**30.795.287**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%	13.513.653	-	-	-	13.513.653	14.930.620	-	-	-	14.930.620
Bolsas de Estudo Lei 12.868/13	1.219.297	-	-	-	1.219.297	1.225.856	-	-	-	1.225.856
Programa de Apoio a Alunos Bolsista	126.511	-	-	-	126.511	166.221	-	-	-	166.221
Programa Bolsas Social	-	12.011.311	-	-	12.011.311	-	11.349.692	-	-	11.349.692
Programa de Bolsa Convenção Coletiva	4.586.902	-	-	-	4.586.902	4.122.899	-	-	-	4.122.899

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS: Os serviços de educação desenvolvidos pela Associação União Beneficentes das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gyseghem englobam a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em atendimento aos artigos 13, da Lei nº 12.101/09, decreto nº 8.242/2014 e 18 da Lei nº 12.868/13 , artigo 30 § 1º, do Decreto 8.242/2014 e do Artigo 29 da Portaria Normativa 15/2017 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e, a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal, conforme a descrição abaixo: **META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL: Até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também que a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final do vigênc deste PNE. Ações desenvolvidas pela Associação com base na META 1:** A Associação União Beneficentes das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gyseghem destaca-se por oferecer as famílias uma proposta de Educação Infantil que atende desde o Berçário até a Pré-escola (faixa etária de 0 a 5 anos), na sua sede, com a Educação Infantil, tendo como referência os PCNs relacionados a essa segmento, que são norteadores do processo pedagógico e educacional. A fase de Creche é de extrema importância por conseguir atender a demanda das famílias que necessitam não só de um lugar seguro e tranquilo para seus filhos, mas que prezam também por uma proposta pedagógica diferenciada que estimula as crianças, propiciando um crescimento saudável e propicia aos alunos pleno desenvolvimento. A avaliação do trabalho realizado na Educação Infantil é considerada um avanço para essa fase, pois, por meio de registros periódicos, os professores fazem relatórios individuais e coletivos, em um boletim descritivo, no qual os professores e toda equipe multidisciplinar, orientados pela Direção da escola, bem como pais e responsáveis acompanham os resultados alcançados com os alunos. A meta da Instituição não se resume apenas em aumentar o número de crianças atendidas, mas acima de tudo, cumprir com o objetivo de que toda criança possa crescer e se desenvolver em harmonia com a sociedade e com o ambiente que a cerca. Quanto aos Objetivos e Metas do Plano Nacional de Educação, a Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gyseghem tem se dedicado cada vez mais para oferecer as crianças da Educação Infantil um espaço seguro, acolhedor, rico e motivador para desperta r interesse dos pequenos pela iniciação da vida acadêmica. 1.A escola atende às exigências da legislação específica para a Educação Infantil no acolhimento das crianças no que tange à questão estrutural e pedagógica. 2. Salas amplas e arejadas com espaço de 1 m e 20 cm por criança, salas ambientes para o desenvolvimento dos programas com salas de leitura adequadas à faixa etária, laboratório de informática, brinquedoteca, sala de educação tecnológica (iniciação à Robótica e interatividade), sala de dança, dança criativa, ginástica rítmica, sala de música, salas de recepção, parquinhos, quadra de esporte, refeitório, área de lazer e mais toda infraestrutura necessária para o bom funcionamento da área reservada para a Educação Infantil nas escolas. 3. Toda esse estrutura conta com iluminação adequada, ventilação, visão para o lado externo, instalações elétricas seguras, água acondicionada em bebedouros potáveis; b) Sanitários específicos e adaptados à faixa etária das crianças com bancos e pias ao alcance e espaço para que a criança possa aprender o uso adequado do sinheiro, primando pela higiene; uma sala de troca com bancadas e pias adequadas para as crianças menores que não tem dentadas para fralda, e fechadas para as maiores que excluídas das crianças da Educação Infantil com espaço adequado para a higienização tanto das mãos quanto bucal; d) Mobiliários e equipamentos adequados e adaptados ao tamanho das crianças para atender bem a cada faixa etária; 4. Espaço amplo tanto para as atividades físicas quanto para as lúdicas, ao ar livre, para propiciar o espaço de crescimento e desenvolvimento motor das crianças; f) Estrutura do Berçário com cercadinhos para bebês que ainda não possuem a primeira marcha, sala de repouso para os bebês com marcha, sala de estimulação, refeitório, lactário, fraldário, solário, lavanderia, salas temáticas (musica, interativa, brinquedoteca, estimulação motora, auditiva, visual e recreação); g) A responsabilidade socioambiental é explicitada no projeto político pedagógico que desenvolve trabalho de conscientização junto aos alunos para que cada criança compreenda a necessidade de fortalecer o seu comportamento como espaço de convivência coletiva e que a necessidade de preservação vai além das campanhas de conscientização; **META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL: Ate o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem estas etapas na idade recomendada.** A Associação já partir dos direcionamentos do Plano Nacional de Educação (PNE), traçou estratégias que permitem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e o bom desempenho escolar a partir do reconhecimento da diversidade. Consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade e a busca da universalização do direito à aprendizagem e alfabetização de criança so os anseios da sociedade que requer mais eficiência de educação como o de toda sociedade. Sendo assim, adotamos como base os quatro pilares da educação como norteadores da aprendizagem: aprendendo a aprender, aprendendo a conhecer, aprendendo a fazer, aprendendo a ser e a conviver, por meio do conteúdo selecionado e ministrado nas salas de aula. Nos Colégios da Associação, todo trabalho pedagógico e educacional é voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, numa metodologia de diálogico-reflexiva que oferece ao educando uma visão aberta de mundo, na qual ele tenha a liberdade para fazer suas escolhas e participar ativamente da vida escolar. A ele é oferecida uma formação global, desde as primeiras etapas do Ensino Fundamental, contando com um currículo enriquecido e motivador como segue na grade horária da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Além da composição curricular, a escola mantém no horário de aula para os primeiros anos do Ensino Fundamental (2º ano ao 5ºano), o curso de Arte / Educação, programa pioneiro que trabalha as quatro vertentes da arte: cênica, arte plástica, música e dança sempre a partir da leitura de um clássico da literatura universal ou brasileira. Esse programa conta com a participação de profissionais formados nas quatro áreas de interesse: professor de música, professor de educação física com habilitação para dança, professor de educação artística e professor formado em pedagogia, com habilitação para teatro e a formação para o mercado de trabalho é uma das preocupações constantes da escola que tem nas aulas de Robótica (1º ano ao 6º ano), seus primeiros passos para tornar a criança e adolescente um empreendedor de novas ideias, a partir da construção de projetos que desafiam o cotidiano. Para ainda melhor preparação do aluno, espírito empreendedor, o programa de formação para o empreendedorismo é encampado por todos os professores que fazem parte da transversalidade dos conteúdos abordados para que os adolescentes em cálidos éticos e responsáveis pela vida e pelo planeta. O programa redação nota dez é dirigido aos alunos do 6º e 9º anos para desenvolver e potencializar a preparação para a nova mudança do ensino com professores especialista na área de redação e linguagem no trabalho com o ENEM. O programa de laboratório para pequenos, conta com o projeto científica mirim desenvolvido com os alunos do 6º ao 5º anos com ênfase na pesquisa científica, dando a oportunidade de que o aluno experiência a ciência do cotidiano aguçando a sua curiosidade para a área de pesquisa e valorizando o profissional especialista em ciências. Os diferentes espaços e os programas dirigidos aos alunos são de responsabilidade de todos os profissionais que integram o quadro de docentes. **OBJETIVOS E METAS DO ENSINO FUNDAMENTAL:** O Colégio constitui-se como a universidade e o atendimento da clientela que se encontra nessa etapa de formação, oferecendo vagas para os alunos da rede pública por meio do sistema de bolsas educacionais. Atendendo às orientações do PNE e das Diretrizes Gerais, todos os alunos foram adequados aos novos termos legais com o Ensino Fundamental ampliado para nove anos. 1. A redução do índice de reprovação e evasão ainda menores, por meio de grupos de reforço escolar para os alunos aos alunos que não acompanham o nível dos demais, extinguindo as repetências nos primeiros anos do Ensino Fundamental. 2. Conhecedores de que a escola básica deve ainda de tudo preparar o aluno para o mercado de trabalho, a escola tem no seu currículo o aprofundamento mentonas nas áreas de português e matemática com a participação em campeonatos e olimpíadas. 5. Participação nas olimpíadas de química, física e história. 6. Apoio pedagógico aos alunos que vêm de outras países com relação ao aprendizado da língua, e estudo adequada para que possam acompanhar o desempenho da turma. 7. Programa de certificação internacional para os alunos dos 9º anos preparados para a avaliação do Cambridge. **METAS E AÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO: Até 2016, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos e a taxa líquida de matrícula deve ser elevada. Ate o fim da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.** A Associação não foge à regra das demais escolas, oferecendo uma proposta de ensino que atenda à necessidade de formação integral do aluno com um currículo e carga horária enriquecida para poder ampliar uma formação básica e ainda mais voltada para o mercado de trabalho. O índice de aprovação nos exames vestibulares é satisfatório, para os alunos que concorrem a vagas nas universidades, Estaduais e Federais, e que buscamos e um Ensino Médio com vida própria e com mais consistência formativa com foco na formação e no resultado. **OBJETIVOS E METAS PARA TODO ENSINO MÉDIO:** 1. Com infraestrutura física e pedagógica que oferece um tratamento diferenciado, dando aos educandos maior liberdade para poder ir-tengar. A escola é bem equipada do ponto de vista tecnológico, com laboratório de ciências, físicas e biológicas e salas temáticas. Todas as salas são equipadas com multimídia. A biblioteca, é bem como outros espaços reservados atendem, com qualidade, o Ensino Médio. 2. Oferece ao aluno oportunidade de aprimorar os seus conhecimentos em turmas de aprofundamento com interesse nas áreas de exatas, humanas e biológicas, ampliando as competências literatura e revisões por módulos para todos os alunos da 3ª série do Ensino Médio, plantões de dúvidas e cursos dedicados a informações de procedimentos e orientação para o ENEM e outros exames e reforço para os que têm muita dificuldade com a aprendizagem, ou seja, todos os grupos têm espaço garantido, de acordo com suas necessidades educacionais. 3. Aulas interdisciplinares para que o aluno consiga integrar e associar as áreas de conhecimento. 4. As instalações de higiene são de excelente qualidade com destaque para o consumo consciente de água e de energia. 5. Contamos com quadras de esporte para a prática de todas as modalidades esportivas. 6. A comunidade escolar participa da vida escolar por meio das reuniões de pais, frises e ferias. 7. Frises e Feiras de profissões e atendimento personalizado oferecido aos responsáveis do aluno por parte da equipe pedagógica da escola. **META 3 - ELEVAR A QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO:** Melhorar por registro de provas dissertativa, objetiva e formativa sempre levando em consideração a qualitativa sobre a quantitativa. 1. O processo de aprendizagem de apoio ao discente é feito pela equipe pedagógica e coordenadores de área nas reuniões de planejamento anual e bimestral e ainda feitas no horário de aula e no período de reforço. 2. Os alunos são preparados para os vestibulares e ENEM, extracurricular e gratuito para que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico. 11. Atendimento diferenciado, por meio da turma de ensino que acompanha o projeto de vida do aluno desde a 1ª série do Ensino Médio até o termino do ano 12. A educação ambiental se dá na conscientização tanto para os jovens quanto por eles à comunidade por meio de palestras, campanhas e ações que visam o fim do projetos de reciclagem feitas pelos alunos mais. Buscamos adequar o Ensino à realidade das necessidades da formação da juventude para oriente-la, dando a ela espaço para participação e protagonismo na vida escolar. Nos últimos anos tem feito ações e/ou outras orientações para que o jovem esteja preparado para a etapa superior que ele irá trilhar. Avaliar constantemente o curso do Ensino Médio é conciliar que os alunos, que nos procuram nessa fase, querem que a escola espaço aberto para que eles possam exercitar suas habilidades em um ambiente seguro e acolhedor e que os ajudem na maturação e na transformação do seu ser e de seu mundo, que é o que de oportunidades para todos. **META 4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.** A proposta da educação inclusiva baseia-se não somente na adaptação estrutural como também na curricular, realizado por meio de ajuda de uma equipe multidisciplinar que oferece suporte tanto ao professor quanto ao portador de necessidades especiais, por meio do acompanhamento, estudo e pesquisa de modo a inserir-lo e manter-lo na escola em classes regulares de ensino em todos os níveis e escolaridade. A concretização da escola inclusiva baseia-se na defesa de princípios e valores éticos, nos ideais de cidadania e justiça para todos, em contraposição aos sistemas hierarquizados de inferiorização e exclusão. Nos Colégios se insere, trabalhando com a inclusão tanto pedagógica quanto social. Partindo desse pressupondo de inclusão, a escola tem como ênfase democrático, atendendo a todos os alunos independentemente de suas diferenças. Postura clara e definida que reflete em seu projeto pedagógico, currículo, metodologia de ensino, avaliação e atitude dos educadores, ações que favorecem a integração social, adaptando-se o ofertando serviço educativo de qualidade para todos os que a procuram. Temos clareza de que processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais causa extremo sofrimento a pais e/ou pessoas, descontento na sala de aula, sem assim, não apenas os professores precisam estar capacitados para enfrentar esse novo desafio, mas principalmente, alunos, pais e comunidade que devem compreender como a convivência com alunos incluídos poderá enriquecer a formação humana de seus membros. Para isso, faz necessário um período de adaptação, para que essas concepções sejam incorporadas, adaptadas e valorizadas pelos membros da comunidade. A integração do ambiente escolar e as práticas e especialistas com outros profissionais como: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas e médicos que visam o aperfeiçoamento dessa questão inclusiva em serviço, e contribui para uma mudança na qualidade da escola que trabalha com a inclusão. **OBJETIVOS E METAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** 1. A inclusão é tanto pedagógica quanto social, atendendo à necessidade específica de aprendizagem do aluno. Os professores são constantemente capacitados para atender todas as dificuldades. 2. A classe que recebe um aluno de **INTEGRAÇÃO** fica em atendimento pela APAE e a professora mantém a parceria da deficiência para que os alunos se iniciam no processo e colaborem com o portador da necessidade especial e mesmo ocorre com os outros alunos pelos alunos. 3. A estrutura física passa por modificações sempre que necessário, procurando atender à necessidade especial do aluno. 4. A equipe multidisciplinar acompanha a família no processo de adaptação. 5. Buscamos na tecnologia instrumentos que facilitem a vida escolar desse aluno. **META 5 - ALFABETIZAR TODAS AS CRIANÇAS, NO MÁXIMO, ATÉ O FINAL DO 3º (TERCEIRO) ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:** A Associação alfabetiza 100% dos alunos até o final do 3º (terceiro) ano de ensino **META 6 - OFERECER EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE MODO A ATENDER, PELO MENOS, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DOS(AS) ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA:** Em atendimento a esta meta a Associação disponibiliza em todos os seus colégios para criança matriculadas na Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. O ensino médio tem carga horaria de 1200 horas para atender ao formento de que a educação deve ser integral com aprofundamento em cálculo de aprendizagem para os vestibulares. **META 7 - FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM DE MODO A ATINGIR MÉDIAS NACIONAIS PARA O IDEB: 6,0 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; 5,5 NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; 5,2 NO ENSINO MÉDIO:** A Associação em todos os seus colégios faz a certificação do rendimento escolar através da a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento. A avaliação do desempenho do aluno compreendida como um conjunto de atuações de caráter diagnóstico, processual e formativo, que possibilita o professor e o aluno um cumulativa com previdência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, tendo por objetivo: 1. Diagnosticar o desenvolvimento do aluno e suas dificuldades; 2. Possibilitar ao aluno a auto avaliação das aprendizagens; 3. Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades; 4. Possibilitar o controle de aprendizagem por parte do professor, como demanda de área e orientação pedagógica; 5. Analisar o trabalho docente. 6. Fornecer dados que permitam ao estabelecimento a análise crítica de seus objetivos e o embasamento do replanejamento; 7. Possibilitar ao aluno a elaboração de sínteses de seu aprendizado. A avaliação do aproveitamento, operacionalizada na proposta pedagógica e no plano escolar, deve incidir sobre o desenvolvimento do aluno nas diferentes expressões de aprendizagem, levando em consideração os objetivos e aplicados a todos os componentes curriculares, independentemente do tratamento metodológico. As sínteses bimestrais dos resultados de avaliação do aproveitamento são expressas em conceitos de zero a dez, graduada de em em em décimos. Considerando-se os centésimos. Exceto as áreas de Educação Física, Ensino Religioso, Prática de laboratórios (Ciências, Química, Interativa, Línguas Estrangeiras, Robótica e Artes) tem instrumentos de avaliação diferenciados, por meio de registros de atividades em cadernos e ativos, trabalhos e apresentações. A promoção do aluno será em função de frequência às aulas e obrigatoriamente aproveitado durante o ano letivo e após a recuperação final, quando for o caso. Considera-se promovido o aluno que obtiver: a) Média anual igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares; b) Frequência igual ou superior a 75% das aulas dadas em cada componente curricular, independentemente do aproveitamento; c) Considera-se retido sem estudos finais de recuperação o aluno que obtiver: a. Média anual inferior a 6,0 (seis) em uma de quatro disciplinas nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental e nos três disciplinas nos quatro últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. b. Frequência inferior a 75% do total das aulas em qualquer componente curricular, independentemente do tratamento metodológico. **META 8 - ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) ANOS DE ESTUDO NO ULTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA REGIÃO DE MENOR ESCOLARIDADE NO PAÍS E DOS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E REDUZIR A ESCOLARIDADE ENTRE NEGROS E NÃO-NEGROS DECLARADOS A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE):** A Associação atende esta meta, quando oportuna a Ensino Médio noturno no Colégio São Vicente de Paulo – Penha. Todos os alunos alcançam 12 anos de estudo. **META 9 - ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 93,5% (NOVENTA E TRÊS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PNE, ERRADICAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL:** A Associação não tem como alvo a alfabetização de jovens e adultos, mas oferece Ensino Médio Noturno no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **META 10 - OFERECER, NO MÍNIMO, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:** A Associação não tem como alvo a alfabetização de jovens e adultos, mas oferece Ensino Médio Noturno no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **META 11 - TRIPLICAR AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, ASSEGURANDO A QUALIDADE DA OFERTA E PELO MENOS 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA EXPANSÃO NO SEGMENTO PÚBLICO:** A Associação não atua na educação profissional técnica de ensino médio, mas pretende iniciar em parceria com o governo do estado de São Paulo. **META 12 - ELEVAR A TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 50% (CINQUENTA POR CENTO) E A TAXA LÍQUIDA PARA 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, ASSEGURADA A QUALIDADE DA OFERTA E EXPANSÃO PARA, PELO MENOS, 40% (QUARENTA POR CENTO) DAS NOVAS MATRÍCULAS, NO SEGMENTO PÚBLICO:** A Associação não atua no ensino superior, mas oferece Ensino Médio Noturno de aprovação nos exames vestibulares é satisfatório, para os alunos que concorrem a vagas nas universidades, após o término do ensino médio. 1. O concesso dos bolsas de estudo para o Ensino Médio oportuna a ampliação de qualidade para os que buscam o ingresso em universidades públicas. **META 13 - ELEVAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AMPLIAR A PROPORÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DO CORPO EFETIVO DE DOCENTES EM EXERCÍCIO NO CONJUNTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO), SENDO, DO TOTAL, 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DOUTORES:** A Associação não atua no segmento da educação superior. **META 14 - ELEVAR GRADUALMENTE O NÚMERO DE MATRÍCULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, DE MODO A ATINGIR A TITULAÇÃO ANUAL DE 60.000 (SESSENTA MIL) MESTRES E 25.000 (VINTE E CINCO MIL) DOUTORES:** A Associação não atua no segmento de pós-graduação stricto sensu. **META 15 - GARANTIR, EM REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS I, II E III DO CAPUT DO ART. 61 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, ASSEGURANDO QUE TODOS OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POSSUAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR, OBTIDA EM CURSO DE LICENCIATURA NA ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE ATUAM:** Todos os professores da Associação possuem formação específica de nível superior, nas áreas de conhecimento em que atuam. **META 16 - FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS

HELENO & FONSECA CONSTRUTÉCNICA S.A.

CNPJ nº 61.573.184/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à análise de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2017 e 31 de dezembro de 2016. Agradecemos a todos que participaram direta ou indiretamente dessas atividades. O ano de 2017 se mostrou mais uma vez um exercício desafiador para o mercado de engenharia e construção. Em relação às suas operações, apesar de todas as adversidades do setor, a Companhia manteve sua capacidade de gerir e cumprir com seus contratos e obrigações. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. O parecer da Auditoria e o relatório do Conselho Fiscal encontram-se na sede da Companhia.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.962.519	90.533
Clientes	6	49.798.685	56.012.363
Contas a receber	6	26.148.994	11.613.493
Precatórios a receber	7	29.154.243	–
Tributos a recuperar	8	7.181.841	517.728
Estoques	–	844.245	–
Títulos públicos	–	–	7.571
Despesas do exercício seguinte	–	273.181	174.296
Total Ativo Circulante		**120.363.708**	**68.415.984**
Ativo não Circulante			
Contas a receber	6	16.039.010	5.882.756
Precatórios a receber	7	33.671.259	132.149.241
Imóveis para venda e empreendimentos	–	222.074	222.074
Depósitos judiciais	–	975.298	1.290.660
Tributos diferidos	3 j	11.086.744	–
		61.994.375	**139.544.731**
Investimentos			
Participação em empresa controlada	–	126.393	148.271
		126.393	**148.271**
Imobilizado			
Imobilizado líquido	9	83.164.632	85.575.923
		83.164.632	**85.575.923**
Intangível			
Intangível	–	6.548	10.571
		6.548	**10.571**
Total Ativo não Circulante		**145.291.948**	**225.279.496**
Total do Ativo		**265.655.656**	**293.695.480**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	12.550.179	10.712.796
Fornecedores	–	20.638.706	7.584.239
Contas correntes a pagar	–	2.852.193	385.714
Obrigações trabalhistas	11	5.590.947	3.441.266
Obrigações tributárias e fiscais	12	16.302.922	4.590.926
Contribuições a recolher	–	2.285.209	676.479
Dividendos a pagar	–	3.790	3.790
Total Passivo Circulante		**60.193.946**	**27.397.210**
Passivo não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	2.564.130	1.225.713
Obrigações tributárias e fiscais	12	14.140.550	30.229.793
Contas a pagar	13	16.814.535	16.381.697
Valores a pagar	14	1.198.355	1.198.355
Tributos diferidos sobre ajuste avaliação patrimonial	15	21.859.895	22.371.979
Provisão para contingências	16	1.984.405	960.968
Total do Passivo não Circulante		**58.561.870**	**72.368.505**
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	126.294.434	46.550.000
Ajustes de avaliação patrimonial	17	42.433.912	43.427.958
Reserva legal	17	4.998.568	4.996.568
Ações em tesouraria	17	(125.000)	(125.000)
Reserva de lucros a realizar	17	7.314.129	19.335.805
Reserva para futuro aumento de capital	–	–	79.744.434
Prejuízos acumulados	–	(34.014.203)	–
Total do Patrimônio Líquido		**146.899.840**	**193.929.765**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**265.655.656**	**293.695.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Receita Operacional Bruta	18	**214.773.206**	**256.175.250**
Impostos incidentes sobre serviços	18	(19.774.966)	(18.010.728)
Receita Líquida		**200.998.240**	**238.164.522**
Custos dos serviços prestados	19	(181.087.756)	(224.759.206)
Lucro Bruto		**19.910.884**	**13.405.316**
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas administrativas	20	(20.047.292)	(22.900.725)
Despesas com contingências		(1.480.219)	(960.968)
Despesas tributárias		(800.240)	(487.187)
Outras despesas/receitas operacionais		(78.094)	141.051
		(22.405.845)	**(23.607.830)**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	14.797.806	17.979.710
Despesas financeiras	21	(15.051.269)	(5.086.159)
		(253.463)	**12.893.551**
Resultado antes da CS e do IRPJ		**(2.748.424)**	**2.691.037**
Impostos sobre o lucro		–	(203.854)
Impostos diferidos	3j	348.000	–
Resultado Líquido do Exercício		**(2.400.424)**	**2.487.183**
(Prejuízo) Lucro Líquido por Ação		**(0,02)**	**0,05**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	**(2.400.424)**	**2.487.183**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades gerados pelas Atividades Operacionais		
Ajustes de exercícios anteriores	(45.141.585)	–
Depreciações - Imobilizado	6.700.508	8.298.221
Amortização - Intangível	4.024	–
Atualização monetária precatórios - longo prazo	(581.795)	(15.166.799)
Atualização monetária clientes	(142.368)	(1.916.017)
Provisão para devedores duvidosos	–	1.090.379
Impostos diferidos ativo	23.682	2.225.043
Dividendos não pagos - baixados	–	29.068
Resultado equivalência patrimonial	21.879	(1.004)
Impostos diferidos ativo	(11.086.744)	–
Provisão para contingências	1.023.437	960.968
Decréscimo (Acréscimo) em Ativos:		
Clientes	6.213.678	(18.169.369)
Contas a receber	(24.549.391)	(23.012)
Créditos diversos	216.489	(1.201.269)
Tributos a recuperar	(6.664.113)	(249.126)
Estoques	(844.245)	–
Títulos públicos	7.571	(794)
Precatórios a receber	69.905.533	6.183.976
Decréscimo (Acréscimo) em Passivos:		
Fornecedores	13.054.468	2.177.307
Obrigações trabalhistas e tributárias	(674.516)	(272.781)
Contas a pagar	2.899.317	549.442
Dividendos a distribuir	–	(193.758)
Caixa Gerado (aplicado) nas Atividades Operacionais	**7.985.405**	**(13.192.326)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Acréscimo do imobilizado	(932.152)	(128.728)
Efeito da abertura do imobilizado até 2016 controladas em conta corrente	(3.528.463)	–
Baixa do imobilizado	171.398	1.119.371
Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos	**(4.289.217)**	**990.643**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Pagamentos (Ingressos) de empréstimos	3.175.798	2.739.664
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos	**3.175.798**	**2.739.664**
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.871.986**	**(9.462.021)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício (não auditado)	90.533	9.552.554
No fim do exercício	6.962.519	90.533
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.871.986**	**(9.462.021)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	Nota	Capital social	Ajustes avaliação patrimonial	Reserva legal	Ações em tesouraria	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		**46.550.000**	**44.422.004**	**4.872.209**	(125.000)	19.087.166	18.745.099	57.577.093	–	191.068.571
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	–	–	29.069	29.069
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	–	–	(167.142)	(167.142)
Transferência ajuste avaliação patrimonial para reserva	–	–	(1.506.130)	–	–	–	–	–	1.506.130	–
Transferência ajuste avaliação patrimonial	–	–	512.084	–	–	–	–	–	–	512.084
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	2.487.183	2.487.183
Transferência para reserva legal	–	–	–	124.359	–	–	–	–	(124.359)	–
Constituição dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	590.706	–	–	(590.706)	–
Destinação do lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	3.140.175	(3.140.175)	–
Transferência da reserva de lucros para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	(19.087.166)	–	19.087.166	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 (não auditado)	–	**46.550.000**	**43.427.958**	**4.996.568**	(125.000)	–	**19.335.805**	**79.744.434**	–	**193.929.765**
Ajustes de exercícios anteriores	17 (e)	–	–	–	–	–	(12.021.676)	–	(33.119.909)	(45.141.585)
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	–	**46.550.000**	**43.427.958**	**4.996.568**	(125.000)	–	**7.314.129**	**79.744.434**	**(33.119.909)**	**148.788.180**
Transferência ajuste avaliação patrimonial para reserva	–	–	(1.506.130)	–	–	–	–	–	1.506.130	–
Transferência ajuste avaliação patrimonial	–	–	512.084	–	–	–	–	–	–	512.084
Aumento de capital conforme AGE de 06/10/2017	–	79.744.434	–	–	–	–	–	(79.744.434)	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.400.424)	(2.400.424)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**126.294.434**	**42.433.912**	**4.996.568**	(125.000)	–	**7.314.129**	–	**(34.014.203)**	**146.899.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional: A Heleno & Fonseca Construtécnica S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Guaranapes, nº 1.909, São Paulo - SP. Tem como objeto social a exploração dos ramos de construção civil pesada de obras públicas e privadas, com foco em projetos de infraestrutura, rodovias e ferrovias, bem como prestação de serviços relativos a todos os setores de limpeza pública e pode ainda participar como sócia ou acionista de outras empresas ou grupos nacionais ou estrangeiros. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: 2.1 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, essas são convertidas para R$ (Reais) na data do fechamento. **2.3 Correspondência das cifras do exercício corrente com 2016:** Desde o exercício de 2016 a administração vem tomando uma série de medidas que visam o aperfeiçoamento da transparência e da governança da Companhia. Uma das importantes medidas adotadas foi a de adequar o preparo das demonstrações contábeis com a estrita observância às práticas previstas nos pronunciamentos e normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, normas essas que estão alinhadas às normas internacionais de preparo de relatórios financeiros - International Financial Reporting Standards - IFRS. Essa medida requereu um enorme esforço da administração, pois, em face do previsto no CPC 19 Joint Operation, que dispõe que os saldos dos balanços de consórcios que a Companhia participa devem ser refletidos nas respectivas linhas do balanço da Companhia, na exata proporção de sua participação no empreendimento, envolvia o conhecimento de terceiros, principalmente nos consórcios que a Companhia não tem o controle. Nesse sentido foram identificados todos os ajustes necessários para a adequação dos saldos contábeis e, com o objetivo de dar consistência e uniformidade nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2017, foram identificadas necessidades de serem promovidos ajustes nos saldos iniciais, que requereram, por força da boa técnica, ajustes diretamente em contas de lucros acumulados. Os principais ajustes que foram efetuados podem ser assim demonstrados: (a) Ajuste dos saldos dos precatórios reconhecidos até 31.12.2016 e que haviam sido contabilizados considerando juros moratórios com base na tabela do Tribunal de Justiça (tabela Tribunal Just SP_INPC) através da utilização, neste exercício, de uma tabela modulada aplicável nos cálculos judiciais inclusive para as Fazendas Públicas, em face da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal da Modulação dos efeitos na ACI 4357. (b) Constituição dos efeitos dos percentuais de participação nos consórcios (CPC 29 - Joint Operation). (c) Constituição de impostos diferidos sobre provisões de despesas temporariamente não dedutíveis e ajustadas. Em função da dificuldade acima descrita decorrente da impossibilidade de serem recompostos os saldos de consórcios em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo apresentadas sem considerar os efeitos dos ajustes de forma retrospectiva, como requer a NBC TG 23 (R2)-Políticas contábeis, mudanças de estimativas, retificações de erros, fato esse que prejudica a comparabilidade com as demonstrações de 31 de dezembro de 2017. **2.4 Negócios em Conjunto:** Em função do NBC TG 19 (R2) Negócios em Conjunto, equivalente ao IFRS 11, vigente a partir do exercício de 2013, os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: • Operação conjunta: é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. • Joint Venture: é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). Em relação às operações em conjunto, a partir do exercício de 2017, estão sendo registrados, em cada uma das respectivas contas, os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre os quais a Companhia participa por meio de consórcios, sendo estes os relacionados a seguir:

Descrição	Participação H&F	Participação Passivo	Participação Patrimônio líquido	Participação Resultado
Variante Poá/CPTM	29,00%	1.946.929	8.339.680	(6.372.636)
CPTM/TSHO CALMON VIANA	29,00%	70.565	3.482.942	(3.371.600)
HFH PONTAL- SAP CE 519	50,00%	1.065	75	8.796
HFH TAIUVA CE 520	50,00%	–	75	3.418
METRO	50,00%	393.645	10.514.024	(1.367.799)
HFC AGAMENON	50,00%	127	120.642	(111.860)
THS ESMERALDA	33,33%	514.700	514.700	–
HFTS JADE LOTE 1	49,51%	20.915.143	13.197.039	(2.037.367)
HFTS JADE LOTE 3	49,51%	14.901.517	16.417.345	(2.407.590)
ELLENCO H&F	50,00%	92.394	205.706	(113.312)
SOROCABA AMBIENTAL	33,33%	5.419.849	4.867.427	(3.567.364)
SP CORREDORES	45,00%	9.975.967	1.172.644	6.920.569
DER CONSÓRCIO SP 306	75,00%	2.344	56.334	(44.770)

As informações contábeis das operações em conjunto foram ajustadas, onde necessário, de modo a representarem aplicação de práticas contábeis consistentes com aquelas adotadas pela Companhia. A administração julgou que o registro das cifras de 2016 e exercícios anteriores demandaria custos e esforços que não justificariam a melhoria na informação. Os impactos retroativos destes ajustes estão considerados nos ajustes de exercícios anteriores na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme, quando aplicável, em todos os exercícios apresentados e compreendem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa da Companhia compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. **b) Contas a receber e clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, deduzidos de provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. As provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos acompanhadas de uma análise da situação atual. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido do custo atribuído em 2010, deduzido das depreciações acumuladas e da perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessária. A depreciação é reconhecida com base nas taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens e calculada pelo método linear. **d) Intangível:** Os softwares adquridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. **e) Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (a) valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado; (b) mantidos até o vencimento; (c) disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis que são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros não é relevante. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de se compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **f) Redução ao valor recuperável:** No fim de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou do menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **g) Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos financeiros incorridos e ainda não pagos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço. **h) Fornecedores:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia. **i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) estão baseados no resultado tributável do exercício. O resultado tributável difere do resultado apresentado na demonstração de resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **j) Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social diferido são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido, quando a provisão constituída se tornar uma despesa dedutível para fins fiscais. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei. Provisão contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado se for material e se a probabilidade de recebimento for considerada provável. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro para a Companhia. **l) Receitas:** Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento e gestão de projetos, serviços de engenharia, coleta de lixo, construção e manutenção, o resultado é apropriado no momento em que as medições de prestações de serviços são efetuadas. As receitas com prestações de serviços são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos aos clientes e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Companhia fez julgamentos e elaborou estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas: **a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários:** E definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. **b) Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. **c) Reconhecimento de receitas com créditos de liquidação duvidosa:** O reconhecimento destas perdas é efetuado para levar o contas a receber de clientes a seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhece imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Caixa e bancos	34.364	33.626
Aplicação financeira	6.430	56.707
Caixa e bancos - Consórcios	36.683	–
Aplicação financeira - Consórcios	6.885.052	–
	6.962.519	**90.533**

6. Contas a receber e clientes:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Clientes	21.363.474	19.121.826
Medições a faturar	31.373.155	39.860.353
Terceiros - LOGA	13.704.270	12.498.390
Terceiros - Densa	2.520.986	–
Contas a receber	26.253.187	20.898.604
Clientes - Indenização a receber	16.039.011	5.882.756
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.679.387)	(24.753.317)
Contas a receber - Consórcios	5.411.993	–
	91.986.689	**73.508.612**
Circulante	75.947.679	67.625.856
Não circulante	16.039.010	5.882.756

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro no resultado do exercício. Não são reconhecidos contabilmente ativos ou rótingentes, porém, existem processos com empresas privadas cuja perspectiva de êxito é provável, no montante de R$ 27.804.275 em 2017 (R$ 27.355.633 em 2016). A Companhia também pleiteia a execução de sentença arbitral junto à Logística Ambiental de São Paulo S.A. (LOGA).

7. Precatórios a receber:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Precatórios	62.825.502	132.149.241
	62.825.502	**132.149.241**
Circulante	29.154.243	–
Não circulante	33.671.259	132.149.241

Referem-se créditos a receber de órgãos governamentais decorrentes de serviços prestados a prefeituras municipais e ao DER (Departamento de Estradas e Rodagem) ao longo dos anos, que estão transitados em julgado. Sobre estes valores foram reconhecidos no passado da Companhia os tributos incidentes sobre os juros contabilizados e as honorários advocatícios. E pretende a sociedade manter os precatórios em carteira até a data da sua realização financeira. Por essa razão não é constituída provisão para ajustar o valor destes títulos aos seus atuais valores justos. Durante o exercício, a administração identificou a necessidade de ajuste o critério de atualização dos precatórios registrados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31.12.2016. Os valores eram reconhecidos considerando juros moratórios com base na tabela do Tribunal de Justiça (tabela Tribunal Just SP_INPC). Entretanto, em face da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal da Modulação dos efeitos na ACI 4.357, a Companhia passou a desconsiderar os valores acima por juros sobre estes valores, e fez com que os saldos refletissem os valores que a Administração estima receber e para o processo nº 0409853-87.1992.8.26.0053 foi considerado o valor efetivamente recebido em 2018.

8. Tributos a recuperar:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Antecipação IRPJ	2.225	–
IRRF sobre faturas - retenção	236.138	–
CSLL sobre faturas - retenção	12.778	–
ISS sobre faturas - retenção	142.291	253.314
IR sobre aplicações financeiras	1.648	–
ISS a recuperar	8.251	8.251
IRPJ a compensar	64.215	223.045
CSLL a compensar	886	31.899
IRRF a restituir	106	98
FGTS a restituir	1.120	1.121
INSS Metrô	2.921.568	–
INSS a compensar	12.011	–
IRRF sobre precatórios	655.269	–
Impostos antecipados - Consórcios	3.123.375	–
	7.181.841	**517.728**

9. Imobilizado líquido:

Saldo 2016 (Não auditado)	Adição	Baixa	Transferência	Saldo 2017
Ativo Imobilizado				
Bens reavaliados	17.088.518	–	–	17.088.518
Bens reavaliados CPC 27	34.080.652	–	(277.051)	33.803.601
Equipamento técnico	494.153	364	(10.347)	484.170
Imobilizado - Lei 8.200/91	1.097.348	–	–	1.097.348
Imobilizado em andamento	4.246.386	–	(26.214)	(4.220.172)
Imóveis em uso	57.397.291	–	–	57.397.291
Veículos e máquinas	35.909.957	20.710	(882.487)	35.048.182
Total imobilizado H&F	**150.314.305**	**21.074**	**(996.099)**	**148.339.280**
Total imobilizado - consórcios	4.849.382	911.078	–	5.760.460
Custo total imobilizado	**155.163.687**	**932.152**	**(996.099)**	**155.099.740**
Depreciação acumulada	(64.738.381)	(8.021.428)	824.701	(71.935.108)
Imobilizado líquido	**90.425.306**	**(7.089.276)**	**(171.398)**	**83.164.632**

10. Empréstimos e financiamentos:

Saldo 2016 (Não auditado)	Adição	Baixa	Transferência	Saldo 2017
Circulante				
Banco Bradesco S.A.	9.277.554	–	–	7.124.937
Caterpillar Financial S.A.	463.784	–	–	1.154.094
Banco do Brasil S.A.	811.040	–	–	330.392
Banco ABC Brasil S.A.	157.770	–	–	157.770
Banco ABC Brasil S.A.	433.555	–	–	386.852
Banco Safra S.A.	1.500.000	–	–	1.706.492
(–) Encargos financeiros	(93.904)	–	–	(140.334)
	12.550.179	–	–	**10.712.796**
Não-circulante				
Banco Bradesco S.A.	13.671	–	–	–
Banco ABC Brasil S.A.	–	–	56.283	56.283
Caterpillar Financial S.A.	373.100	–	836.884	1.210.984
Banco do Brasil S.A.	–	–	295.313	–
Banco IBM S.A.	–	–	157.770	–
(–) Encargos financeiros	(26.633)	–	(120.537)	–
Financiamentos - Consórcios	2.203.993	–	–	–
	2.564.130	–	**1.225.713**	–

11. Obrigações trabalhistas:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Salários e ordenados	303.956	645.458
Provisão de férias	1.334.437	2.044.457
INSS sobre provisão de férias	381.582	587.797
FGTS sobre provisão de férias	106.753	163.504
Salários/Encargos Sociais - Consórcios	3.434.219	–
	5.560.947	**3.441.266**

12. Obrigações tributárias e fiscais:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Circulante		
PIS a recolher	865.471	286.000
COFINS a recolher	3.985.060	1.157.761
CSLL e IRPJ a recolher	–	1.403.424
IRRF a recolher	1.335.117	238.757
PIS/COFINS/CSLL	235.381	28.163
ICMS a recolher	262.000	292.000
INSS a recolher	68.460	64.520
PIS/COFINS sobre receita financeira	–	246.878
ISS a recolher	1.998.390	873.423
Provisão PIS/ISS/COFINS S/MOF	2.086.315	–
Obrigações tributárias e fiscais - Consórcios	5.536.728	–
	16.302.922	**4.590.926**
Não-circulante		
Parcelamento	**31.12.2017**	**31.12.2016 (não auditado)**
IRPJ e CSLL diferido	3.598.006	19.098.819
IRPJ e CSLL a recolher	–	5.802.685
COFINS parcelado a recolher	–	298.638
PIS parcelado a recolher	220.165	238.833
PIS/COFINS/ISS sobre medições a faturar	371.651	3.781.365
PIS/COFINS sobre receita financeira diferida	243.982	1.009.453
Refis parcelamento	6.247.130	–
ISS a recolher	732.751	–
Refis parcelamento - Consórcios	2.726.865	–
	14.140.550	**30.229.793**

No exercício de 2017 a Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela Lei 13.496/2017, regularizado através da Instrução Normativa 1.711/2017, que teve como objetivo a redução dos processos em litígios tributários, bem como proporcionar às empresas condições especiais para a renegociação de suas dívidas. Com esta adesão, a Companhia teve benefício fiscal de redução do valor devido em R$ 3.831.637, remanescendo um saldo de R$ 6.636.545 a ser pago em 145 parcelas mensais.

13. Contas a pagar:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Provisão despesas honorários advocatícios	9.676.734	12.797.937
Cauções e retenções	3.923.807	3.584.360
Cauções e retenções - Consórcios	2.992.442	–
Obrigações diversas - Consórcios	219.552	–
	16.814.535	**16.381.697**

14. Valores a pagar:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016 (não auditado)
Equipav S.A. - Piracicaba	1.198.355	1.198.355
	1.198.355	**1.198.355**

Saldo oriundo de

LENDINARA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ nº 23.150.008/0001-30

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante - Disponibilidades	1	1
Não circulante - Contas correntes - controlada	170	85
Investimentos	4.010	3.938
	4.180	4.023
	4.181	4.024
Passivo	2017	2016
Não circulante - Contas correntes - sócios	162	102
Patrimônio líquido - Capital social	3.708	3.708
Lucros (Prejuízos) acumulados	311	214
	4.019	3.922
	4.181	4.024

Atividades Operacionais	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	97	(227)
Ajustes para conciliar o resultado líquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	(102)	210
Aumento (redução) em contas correntes	(25)	18
Caixa líquido proveniente das operações	(30)	1
Atividades de financiamentos: Dividendos recebidos	30	-
Disponibilidades geradas pelas atividades financiamentos	30	-
(Redução) aumento líquido nas disponibilidades	(0)	1
Disponibilidades em 01 de Janeiro	1	-
Disponibilidades em 31 de dezembro	1	1

Demonstração do Resultado do Exercício	2017	2016
Receita operacional bruta:		
Resultado da equivalência patrimonial	(102)	(210)
(Despesas) receitas operacionais: Administrativas e gerais	(4)	(16)
Financeiras líquidas	(1)	(1)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	97	(227)
Lucro (Prejuízo) líquido por mil ações do capital final - R$	18,84	(44,06)

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	3.156	(120)	3.036
Aumento de capital conforme Ata AGOE de 18/04/2016, registrada Jucesp 01/06/2016	1.674	-	1.674
Redução de capital conforme Ata AGOE de 17/08/2016, registrada Jucesp 24/11/2016, mediante Absorpção de prejuízos acumulados	(561)	561	-
Cancelamento de ações	(561)	-	(561)
Prejuízo líquido do exercício	-	(227)	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.708	214	3.922
Lucro líquido do exercício	-	97	97
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.708	311	4.019

LENDINARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 23.073.340/0001-48

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante		
Disponibilidades	2	3
Não circulante		
Conta corrente - NG Metalurgica S.A.	57	57
Investimentos	69.892	71.253
	69.949	71.310
	69.951	71.313

Passivo	2017	2016
Não circulante		
Conta-corrente acionistas	144	139
	144	139
Patrimônio líquido		
Capital social	45.620	45.620
Lucros de exercícios anteriores	19.191	20.491
Reserva de reavaliação	4.996	5.063
	69.807	71.174
	69.951	71.313

Reserva de Lucros	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	45.620	680	21.446	5.312	-	73.058
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(249)	249	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.884)	(1.884)
Destinação resultado exercício: Absorção de prejuízo pela reserva de lucros	-	-	(1.635)	-	1.635	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.620	680	19.811	5.063	-	71.174
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(67)	67	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.367)	(1.367)
Destinação resultado exercício: Absorção de prejuízo pela reserva de lucros	-	-	(1.300)	-	1.300	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	45.620	680	18.511	4.996	-	69.807

Demonstração do Resultado do Exercício	2017	2016
Receita operacional bruta:		
Resultado da equivalência patrimonial	(1.361)	(1.869)
(Despesas) receitas operacionais:		
Administrativas e gerais	(5)	(14)
Financeiras líquidas	(1)	(1)
	(6)	(15)
Prejuízo líquido do exercício	(1.367)	(1.884)
Prejuízo líquido por mil ações do capital final - R$	(31,56)	(43,49)

Atividades Operacionais	2017	2016
Prejuízo líquido do Exercício	(1.367)	(1.884)
Ajustes para conciliar o resultado líquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	1.361	1.869
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em contas correntes	5	18
Caixa líquido proveniente das operações	(1)	3
(Redução) aumento líquido nas disponibilidades	(1)	3
Disponibilidades em 01 de Janeiro	3	-
Disponibilidades em 31 de dezembro	2	3

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ: 60.866.688/0001-19

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em obediência as determinações legais e estatutarias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estamos a disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julgerem necessários. São Paulo, 10 de março de 2018.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial - Período: 01/01 a 31/12

Ativo	2017	2016
Ativo Circulante	15.002.970,72	15.005.154,05
Disponível	12.812.078,23	13.300.514,21
*Caixa	161.001,84	206.478,81
*Bancos	74.948,39	3.576,65
*Aplicações Financeiras	10.927.539,33	11.441.870,67
*Aplicações Fundos Investimentos	1.648.588,08	1.648.588,08
Direito Realizável Curto Prazo	2.190.892,49	1.704.649,85
*Contas Correntes	1.841.924,10	1.636.497,03
*Adiantamento a Fornecedores	5.189,81	5.717,46
*Impostos e Contribuições a Recuperar	343.778,58	62.435,36
Ativo Não Circulante	9.964.908,39	10.016.115,31
Desp Pagas Antecipadamente	13.460,27	13.460,27
Investimentos	736.084,59	736.084,59
Imobilizado	16.276.160,83	16.276.160,83
*Depreciações Acumuladas	(7.060.797,30)	(7.009.590,38)
Total do Ativo	**24.967.879,11**	**25.021.279,37**

Passivo e Patrimônio Líquido	2017	2016
Passivo Circulante	509.546,22	629.510,75
Créditos Privilegiados	367.097,55	403.095,16
*Obrigações Tributárias	348.061,41	358.061,95
*Impostos Retidos a Recolher	19.036,14	45.033,21
Contas a Pagar	50.958,16	152.459,56
Pars Pecuniárias Contribuições	26.348,00	0,00
Fornecedores	65.252,89	73.956,03
Passivo Não Circulante	772.988,70	772.988,70
Receitas de Exercícios Futuros	772.988,70	772.988,70
Patrimônio Líquido	23.685.241,19	23.618.779,92
Capital Social	23.500.000,00	20.000.000,00
*Reserva Legal	118.779,92	298.375,38
*Reservas de Lucros	66.461,27	3.320.404,54
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**24.967.879,11**	**25.021.279,37**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Título	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido do Sócio da Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração Resultado Abrangente Total
Saldo em 31/12/2016	20.000.000,00	298.375,38	0,00	0,00	20.298.375,38	20.298.375,38	1.624.472,92
Aumento de Capital 31/07/2017	3.500.000,00	(179.595,46)	0,00	0,00	3.320.404,54	3.320.404,54	0,00
Transação de Capital com o Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.320.404,54**	**3.320.404,54**	**0,00**
Lucro Líquido de Período	**0,00**	**0,00**	**66.461,27**	**0,00**	**66.461,27**	**66.461,27**	**0,00**
Resultado Abrangente Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**66.461,27**	**66.461,27**	**0,00**
Saldos Finais	**23.500.000,00**	**118.779,92**	**66.461,27**	**23.685.241,19**	**23.685.241,19**	**66.461,27**	

Demonstração do Fluxo de Caixa - Modo Indireto: Período: 01/01 a 31/12 - Valores em R$

Fluxo de Caixa Originados de:	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício / período	**66.461,27**	**1.524.472,92**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	51.206,92	59.624,43
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	1.328,34
Redução Variações nos ativos e passivos		
Aumento em outras contas	(486.242,64)	(233.455,10)
Redução em fornecedores	(8.703,14)	(15.287,01)
Aumento outras obrigações	0,00	257.942,01
Redução outras obrigações	(35.997,61)	0,00
Redução em contas a pagar e provisões	(101.501,40)	11.978,80
Aumento outras contas	26.340,62	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:	**0,00**	**1.637.178,41**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais:	**(488.435,98)**	**0,00**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	0,00	(30.000,00)
Aquisição de ações/cotas	0,00	(15.295,34)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00	500,00
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos:	**0,00**	**(44.795,34)**
Aumento nas Disponibilidades	**0,00**	**1.592.383,07**
Redução nas Disponibilidades	**(488.435,98)**	**0,00**
No início do período	**13.300.514,21**	**11.708.131,14**
No final do período	**12.812.078,23**	**13.300.514,21**

A Diretoria

Yung Chu Ching - Diretor Presidente - CPF: 062.871.668-00

Renato Ragazzini - Diretor Gerente - CPF: 007.560.838-34

Yuk Zai Yung - Diretor - CPF: 014.127.418-23

José Aparecido Valentim Bastos - Contador - CT CRC: 1SP122440/O-0

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S/A CNPJ.N.º 75.404.814/0001-90

Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem no dia 28/04/2018, às 8hs, na sede social, na Rua Coronel Morais nº 100, Caninde, SP/SP. Ordem do dia: a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017; b) destinação dos lucros do exercício findo e distribuição de dividendos; c) eleição de membros da Diretoria e fixação das respectivas remunerações. Encontram à disposição dos Srs. acionistas, na sede social, os documentos a que se refere a Lei nº 6.404/1976, artigo 133, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 , relativos ao exercício social encerrado em **31/12/2017. São Paulo/SP, 17/04/2018. José Maria Fernandes – Diretor-Presidente.**

BARIGUI SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ.10.608.405/0001-60 - NIRE 35.3.00363591

EXTRATO DA ATA DA AGE de 20/03/2018

Em 20/03/2018, às 10h na sede social. Presente a totalidade. **Mesa:** Evaldo Leandro Perussolo - Presidente; Carolina Siqueira Queiroz - Secretária. **Deliberações:** Aprovada integralmente a outorga de garantia prestada na Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. São Paulo, 20 de março de 2018. Evaldo Leandro Perussolo - Presidente; Carolina Siqueira Queiroz - Secretária. **JUCESP** - 181.236/18-7 em 12/04/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

FORO CENTRAL CÍVEL/SP - 11ª VARA CÍVEL - *Praça João Mendes s/nº - 13º andar - salas nº 1322/1324 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 2171-6116 // 6578 - São Paulo-SP - E-mail: sp11cv@tjsp.jus.br* - **EDITAL de CITAÇÃO**. Prazo: **20 dias.** Proc. nº **0127222-93.2010.8.26.0100**. O **Dr. CHRISTOPHER ALEXANDER ROISIN**, MM Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital, na forma da lei. **FAZ SABER a FLEET ONE GESTÃO DE FROTAS E VEÍCULOS LTDA.** (CNPJ 06.292.214/0001-65), que **TECHNIGAS COMERCIAL LTDA.** lhe move ação de **EXECUÇÃO** para cobrança do débito de R$8.107,14 (março/2010), a ser atualizado e acrescido das cominações legais, dívida esta representada por duplicatas vencidas, não pagas e protestadas. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL**; para que, após o prazo deste, em 03 dias, **PAGUE** o débito ou em 15 dias, **OFEREÇA EMBARGOS** ou **RECONHEÇA** o crédito da exequente e **DEPOSITANDO 30%** do valor da execução, inclusive custas e honorários, **PAGUE** o **RESTANTE** em **6 PARCELAS MENSAIS**, atualizadas, **SOB PENA** de **CONVERTIDO** em **ARRESTO** procedido no rosto dos autos em curso na 22ª Vara Cível Central da Capital/SP (proc. 0126466-21.2009.8.26.0100), até o limite de R$24.662,82 (julho/2017), presumindo-se verdadeiros os fatos alegados em razão de revelia, caso em que no silêncio será nomeado **CURADOR ESPECIAL**.Será o presente, afixado e publicado **Nada mais**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2018.

18 e 19/04

Processo 1016119-94.2015.8.26.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - Sociedade Beneficente São Camilo - Luiz Lucio dos Santos - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo nº 1016119-94.2015.8.26.0001. O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláveis Ricardo de Toledo Júnior na forma da Lei, etc. Por meio desta decisão, que servirá como EDITAL (PRAZO DE 20 DIAS), FAÇO SABER a LUIZ LÚCIO DOS SANTOS, inscrito no CPF 215.296.638-49, que lhe foi proposta uma ação de de cobrança, no valor de R$ 157.505,05, quando por Sociedade Beneficente São Camilo. Frustradas as tentativas de sua localização, foi determinada sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2018.

18 e 19 / 04 / 2018

EDITAL DE LITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS expedido nos autos da Ação de Usucapião PROCESSO Nº **0037482-02.2012.2.26.0100** (USUC 126. CAU Doutrina) Ação de Usucapião Pelo Sistema Bandeirante de Distribuição do Foro Central Cível da Comarca de SÃO PAULO do Estado de São Paulo na forma da Lei FAZ SABER a(o(s) Herdeiros de Romulo Neves Baptista e Maria Carmem Ramos Amorim e quem se julgar interessado: Romulo Neves Baptista e Maria Carmem Ramos Amorim e quem se julgar interessado Ambrósio Neves Baptista,Eurico Cesar Neves Baptista, Mário Augusto Neves Baptista, Romulo Neves Baptista Filho, Eurico Ramos Amorim, Yvonne Yvonne Neves Baptista,Ana Maria Pedroso,Lúcio Eurico Soares Amorim,Virgínia Ramos Amorim,Herdeiros de Maria Luiza Ramos e Silva ou Maria Luiza Ramos Pam de Andrade e José Pam de Andrade a saber Márcia Pam de Andrade Soares Andrade Rosana Junqueira Franco Pam de Andrade ismar Ramos Pam de Andrade e Silva Teresa Ramos e Silva Clóvis de Armando Galvão Carapeto,Arthur Ramos e Silva,Arthur Ramos e Silva Júnior,Elisabeth Rebecca Ramos e Silva,Cláudia Vicente Ferreira,Não Martins Barreto,Não Conto Rodrigues,Leila Profto Rodrigues,Pedro Vicente Domingues,José Favero,Os ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges,se casados forem,herdeiros e/ou sucessores que lcitda Conceição Lopes, ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Estrada Turística de Itapecerica km17,Lote 25 da quadra 15-Vila Jaraguá-Distrito de Pirituba-São Paulo-SP,com área de 388,00m², contribuinte nº124.055.028-1,alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital de citação dos supramencionados,para que no prazo de 15(quinze)dias úteis,a fluir após o prazo de 20dias,contestem o feito.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei. **18,19/**

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital, devidamente autorizado pela **COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO,** por estar(em) em lugar incerto e não sabido ou presumivelmente se ocultando, fica(m) notificado(s) o(a) Sr(a). RITSUHIDE TAKARA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, COMERCIANTE, CPF: 518.552.328-04 de que o **1º Público Leilão** do imóvel sito à: RUA JULIA VIDIGAL VICENTE DE AZEVEDO, Nº 222, AP 38, NO 3º ANDAR DO EDIFICIO MONTE PALATINO - BLOCO B, CONDOMINIO RESIDENCIAL BELVEDERE II, 44º SUBDISTRITO LIMAO - SAO PAULO/SP. Serão realizados nos seguintes dias e horários: **1º Leilão: Dia: 26/04/2018 DAS 10:00 AS 10:15h,** no(a) AV. GUILHERME COTCHING, Nº 1170, COD. 0273, AG VILA MARIA, SAO PAULO/SP e o **2º Leilão: Dia: 16/05/2018 DAS 10:00 AS 10:15h,** no mesmo local de realização do primeiro leilão, na forma da Lei (Decreto-Lei Nº 70 de 21.11.66) e Regulamentação Complementar, para pagamento da dívida hipotecária em favor do(a) **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** por se acharem vencidas e não pagas as obrigações pecuniárias referentes ao financiamento imobiliário contrato nº **1023541346738**, relativo ao imóvel acima descrito, e cuja hipoteca encontra-se inscrita no 8º Registro Geral de Imóveis de SÃO PAULO/SP, sob nº 107178. O Segundo público leilão ocorrerá somente na hipótese de não haver licitante no Primeiro Leilão.

São Paulo, 17 de abril de 2018
HELIO JOSE ABDOU
Leiloeiro Público Oficial
Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Rié, São Paulo/SP.
Fones: 11-97334-6595 – 11-2687-1327.

17, 18 e 19/04/2018
SED: 30647/2017

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO - SP

Data do leilão:09/05/2018 - A partir das: 11:50
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal (20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1D4A1- CONTRATO: 140724182741-6- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 4072 AV SANTA CATARINA

ROSELY AGARIE, BRASILEIRO(A), DO LAR CPF 03161782844, CI 13.339.293 SSP/SP, CASADO(A) COM **CARLOS ALBERTO AGARIE**, BRASILEIRO(A), MEDICO CPF 00627506828, CI 9.965.889 SSP/SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 152, 15º PAVIMENTO, EMPREENDIMENTO DENOMINADO NEW JERSEY GARDENS, RUA MANIFESTO, S/Nº , ATUAL Nº 2.737 (NAO OFICIAL), 18º SUBDISTRITO - IPIRANGA, SAO PAULO, SP. COM A AREA REAL PRIVATIVA DE 66,68M2 A AREA REAL COMUM DE 62,399M2, A AREA REAL TOTAL DE 129,079M2 E A FRAÇÃO IDEAL DE TERRENO DE 1.71897%, CABENDO – LHE O USO E UTILIZAÇÃO DE DUAS VAGAS, INDETERMINADAS, PARA ESTACIONAMENTO DE 1 VEICULO DE PASSEIO NA GARAGEM, EM CADA UMA, ONDE ESTA CONSTRUIDO O REFERIDO EMPREENDIMENTO, ENCERRA A AREA DE 1.342,25M2. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS E ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 649.192,65
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 452.000,00

SAO PAULO, 27/03/2018
ARY ANDRÉ NETO

27/03 – 02 - 18/04/2018

X - Ipiranga Varas Cíveis 1ª Vara Cível EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0001304-77.2018.8.26.0010** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELISANGELA AUGUSTA RODRIGUES MOLINA, Brasileiro, Solteira, Professora, RG 24.230.802-0, CPF 167.867.928-39, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Condomínio Residencial Cantinho do Mar, para receber a quantia de R$ 7.216,64 (março/2018). Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), incidendo-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de março de 2018. **18,19/**

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital, devidamente autorizado pela **COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO,** por estar(em) em lugar incerto e não sabido ou presumivelmente se ocultando, fica(m) notificado(s) o(a) Sr(a). DANILO LOPRETE, BRASILEIRO, CASADO PELO REGIME DA COMUNHAO PARCIAL DE BENS, NA VIGENCIA DA LEI 6.515/77, EMPRESARIO, CPF: 038.347.138-54 TANYA MARA DA ROCHA PAIVA LOPRETE, BRASILEIRA, BANCARIA, CPF: 183.158.871-49 de que o **1º Público Leilão e 2º Público Leilão** do imóvel sito à: RUA CORONEL CONRADO SIQUEIRA CAMPOS, Nº 47, AP 84, BLOCO A, NO 8º ANDAR OU 11º PAVIMENTO DO EDIFICIO ROUXINOL, CONDOMINIO PASSAROS E FLORES, 30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA - SÃO PAULO/SP. Serão realizados nos seguintes dias e horários: **1º Leilão: Dia: 20/04/2018 DAS 12:30 AS 12:45h,** no(a) RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, AG ESTADOS UNIDOS - COD 2887, SÃO PAULO/SP e o **2º Leilão: Dia: 11/05/2018 DAS 12:30 AS 12:45h,** no mesmo local de realização do primeiro leilão, na forma da Lei (Decreto-Lei Nº 70 de 21.11.66) e Regulamentação Complementar, para pagamento da dívida hipotecária em favor do(a) **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** por se acharem vencidas e não pagas as obrigações pecuniárias referentes ao financiamento imobiliário contrato nº **2181635049566**, relativo ao imóvel acima descrito, e cuja hipoteca encontra-se inscrita no 15º Registro Geral de Imóveis de SÃO PAULO/SP, sob nº 128152. O Segundo público leilão ocorrerá somente na hipótese de não haver licitante no Primeiro Leilão.

São Paulo, 17 de Abril de 2018
HELIO JOSE ABDOU
Leiloeiro Público Oficial
Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Rié, São Paulo/SP.
Fones: 11-97334-6595 – 11-2687-1327.

17, 18 e 19/04/2018
SED 30658/2017

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal (20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1D6F3- CONTRATO: 818160045124-7- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA-AGENCIA: 1816 - GRANJA JULIETA

PAULO FEITOSA DE ARAUJO, BRASILEIRO(A), MOTORISTA CPF 05033430807, CI 17.034.109-4 SSP/SP, CASADO(A) **MARIA APARECIDA DE ARAUJO**, BRASILEIRO(A), AGENTE DE TERMINAL CPF 12525438833, CI 22.629.603-9 SSP/SP,

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: PREDIO RESIDENCIAL SITUADO NA RUA CAMPOS NOVOS PAULISTA, Nº 107, CONJUNTO HABITACIONAL BRIGADEIRO FARIA LIMA, GORORE, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SAO PAULO, SP.MEDINDO 7,00MS DE FRENTE, POR 10,00M DA FRENTE AOS FUNDOS, DO LADO DIREITO DE QUEM DA RUA OLHA PARA O IMOVEL, 10M DOA LADO ESQUERDO, E 7M NOS FUNDOS. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 250.689,18
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 229.000,00

SED:1D6F2- CONTRATO: 840380892479-0- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA-AGENCIA: 4038 - RUA SCHILLING

PAULO ALEX QUEIROZ, BRASILEIRO(A), ANALISTA DE PRODUÇAO CPF 17533730852, CI 25.423.184-6 SSP/SP, CASADO(A) COM **SHEILA RIBEIRO ANTONIO QUEIROZ**, BRASILEIRO(A), TECNICA DE LABORATORIO CPF 26108732806, CI 27.590.435-0 SS/SP,

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA 27, COM FRENTE PARA VIA DE CIRCULAÇÃO INTERNA, CONDOMINIO RESIDENCIAL NOVA VIDA, SITUADO A RUA MORRO DE SAO SEBASTIAO, Nº 100, VILA NOVA PARADA, DISTRITO DO JARAGUA, SAO PAULO, SP. CONTENDO A AREA PRIVATIVA DE 66,60M2 (JÁ INCLUÍDA A AREA PRIVATIVA COBERTA PARA 16,49M2); AREA COMUM DE 32,15M2, AREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO DE 98,75M2, FRAÇÃO IDEAL NAS PARTES COMUNS DE 2,2726% COM AREA DE TERRENO PRIVATIVA EXCLUSIVA DE 40,63M2, AREAS COMUNS DE 34,67M2, FRAÇÃO IDEAL NO TERRENO DO CONDOMINIO DE 1,2261959% E AREA TOTAL DE TERRENO DE 75,30M2. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 69.700,92
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 287.000,00

SED:1D1CB- CONTRATO: 802630028781-7- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0263 - PEDROSO DE MORAES

ILDA RODRIGUES MARCONDES, BRASILEIRO(A), DO LAR CPF 00413788814, CI 5.177.487 SSP/SP, CASADO(A) COM **CLODOARDO MARCONDES**, BRASILEIRO(A), POLICIAL MILITAR CPF 12839370859, CI 196.651 PMESP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 14, 1º ANDAR, BLOCO OU TORRE 7, CONDOMINIO RESIDENCIAL ROSAS DE MAIO, SITUADO A RUA ROSAS DE MAIO, S/Nº, ANTIGA RUA (NAO OFICIAL), 26º SUBDISTRITO - VILA PRUDENTE, SAO PAULO, SP. COM A AREA PRVATIVA DE 45,35M2, A AREA COMUM DE 50,155M2, A AREA CONSTRUIDA DE 95,505M2 E A FRAÇÃO IDEAL DE TERRENO DO CONJUNTO DE 0,505%, ENCERRA A AREA DE 10.936,00M2. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSOARIOS E GARAGEM SE HOUVER.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 225.

BAUMER S.A.

BAUMER S.A.
CNPJ nº 61.131.001/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Baumer S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. a. O lucro operacional foi de R$ 3,6 milhões, representando 3,65% do faturamento bruto e 4,05% da receita líquida de vendas. O prejuízo líquido de R$ 1,9 milhões, resultado da equivalência patrimonial negativa foi de R$ 1.817 mil, totalizando R$ 2,0 milhões de lucro total. b. O lucro líquido por lote de 1.000 (MIL) ações foi de R$ 372,03. c. Foram feitos investimentos da ordem de R$ 1,0 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos industriais. **d.** A estratégia da área de Recursos Humanos é desenvolver procedimentos e atividades a fim de introduzir estruturas modernas para a atração e retenção dos talentos, com ênfase em treinamentos ligados às competências e novas técnicas. **e.** O foco da responsabilidade socioambiental da Baumer S.A. é o desenvolvimento sustentável, estruturado em três dimensões do negócio: econômico, social e ambiental. A Companhia exerce um importante papel de catalisador corporativo, implementando ações e participando de projetos sociais, culturais e esportivos, envolvendo seus profissionais e as comunidades mais influenciadas pela organização. **f.** Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R$ 6,4 milhões que corresponde a 7,12% da nossa receita líquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos. **g.** A Baumer S.A. preza por ser comprometer na adoção de uma postura e ações éticas que contribuem para o desenvolvimento econômico de forma consistente com a qualidade de vida dos seus clientes internos e externos, criando novos produtos, inovando em suas ações e sempre priorizando a qualidade e o respeito ao meio ambiente, sempre valores essenciais para marca. **h.** Atendendo ao disposto na Instrução C.V.M. nº 381 informamos que a Baumer S.A. e empresas controladas, não incorreram em outros gastos com Holder Auditores Independentes S/S - EPP além dos serviços de auditoria para exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. i. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras e demais parte interessadas pelo apoio recebido, bem como a dedicação, o comprometimento e o esforço de nossos equipes pela dedicação e profissionalismo em prol das metas e desafios estabelecidos.

Mogi Mirim, 26 de março de 2018. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - R$ MIL

Ativo	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Disponibilidade	4	4.006	4.829	4.199	5.057
Aplicações financeiras	4	11.097	11.232	11.856	12.337
Contas a receber de clientes, líquido	5	25.674	26.581	32.366	29.784
Estoques	6	34.297	29.439	44.587	39.393
Impostos a recuperar		5.564	4.764	5.886	4.861
Outras contas a receber		3.763	1.517	4.203	2.350
Dividendos a receber		886	1.043	520	677
Despesas antecipadas		796	834	986	912
Total do circulante		86.083	80.239	104.603	95.050
Não circulante					
Realizável a longo prazo		43.108	43.185	45.168	44.070
Empresas relacionadas	14	12.628	11.201	12.662	10.116
Outros créditos		30.480	31.979	32.506	33.954
Ativo permanente		90.102	90.643	91.074	91.672
Investimentos, líquido	7	10.391	9.984	3.439	2.187
Imobilizado, líquido	8	21.184	22.045	27.101	28.761
Intangível, líquido	9	527	614	534	624
Total não circulante		175.210	175.828	176.242	175.642
Total do ativo		261.493	256.067	280.845	270.692

Passivo	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	12.114	11.233	14.129	12.982
Fornecedores	9	5.992	5.578	5.753	3.746
Impostos e contribuições sociais		350	890	890	1.087
Salários e encargos sociais		1.369	1.400	1.773	1.794
Empresas relacionadas		8.040	1.399	10.240	2.332
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.695	2.171	2.854	3.704
Contas a pagar e outras provisões		16.490	14.563	18.443	16.392
IR e CS		–	–	348	318
Total do circulante		46.050	37.112	54.390	42.355
Não circulante					
Passivo exigível a longo prazo		24.833	28.906	25.915	30.189
Empréstimos e financiamentos	10	16.891	20.826	17.973	22.110
Impostos e contribuições sociais	10	–	65	–	65
Impostos e contribuições sociais diferidos		1.868	1.867	1.868	1.867
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		2.458	2.357	2.458	2.357
Outras contas a pagar	24	3.618	3.791	3.618	3.790
Total do não circulante		24.833	28.906	25.915	30.189
Patrimônio líquido					
Capital social	11	15.000	15.000	15.000	15.000
Reserva de capital		212	212	212	212
Reservas de lucros	12	71.702	71.141	69.661	68.720
Ajuste de avaliação patrimonial		3.696	3.696	3.696	3.696
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		90.610	90.049	88.569	87.628
Participação dos acionistas não controlados		–	–	11.971	10.520
Total do patrimônio líquido		90.610	90.049	100.540	98.148
Total do passivo		161.493	156.067	180.845	170.692

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R$ MIL

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional bruta					
Serviços	20	99.891	108.181	121.521	125.524
Impostos incidentes sobre vendas		(10.203)	(11.107)	(11.768)	(12.419)
Receita operacional líquida	16	**89.688**	**97.074**	**109.753**	**113.105**
Custos dos produtos e serviços vendidos		(42.152)	(44.116)	(49.284)	(43.017)
Lucro bruto		**47.535**	**52.958**	**63.469**	**70.046**
Receitas/(despesas) operacionais					
Comerciais	19	(17.963)	(19.584)	(30.089)	(30.592)
Administrativas	19	(17.553)	(17.126)	(22.739)	(22.754)
Pesquisa e desenvolvimento	19	(6.383)	(7.075)	(6.383)	(7.075)
Tributária	19	(174)	–	(183)	–
Resultado de equivalência patrimonial		(1.817)	(790)	(705)	(471)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(1.032)	(560)	(753)	(361)
Despesas operacionais		(44.742)	(44.135)	(60.852)	(61.253)
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	17	3.571	4.964	3.878	5.166
Despesas financeiras	17	(3.502)	(8.126)	(3.824)	(8.311)
Despesas de variação cambial		–	–	(220)	(220)
Total das despesas financeiras		69	(3.162)	(166)	(3.365)
Lucro operacional		**2.862**	**5.659**	**2.451**	**5.428**
IR e CS		863	1.464	(1.985)	(2.625)
Lucro líquido antes das participações		**2.029**	**4.195**	**466**	**2.803**
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		–	–	(213)	(1.608)
Lucro líquido do exercício	13	**2.029**	**4.195**	**675**	**3.018**
Lucro líquido atribuível às ações preferenciais		1.015	2.098	231	1.402
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias		1.015	2.098	231	1.402
Lucro por ações					
Preferenciais		0,21	0,43	0,07	0,31
Ordinárias		0,21	0,43	0,07	0,31
Quantidade de ações (mil)					
Preferenciais		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000
Ordinárias		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA INDIRETO DO EXERCÍCIO DE 2017 - R$ MIL

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.029	4.195	462	2.802
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciações e amortizações	1.996	2.032	3.293	2.955
Resultado da equivalência patrimonial	1.817	790	705	471
Baixa de imobilizado (b)	(8)	268	–	252
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	355	313	780	514
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	–	–	434	(400)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271)	(144)	(271)	(144)
Reversão de provisão para contingências e obrigações legais	100	614	100	614
Variação nos ativos operacionais: Contas a receber de clientes	624	1.921	(1.480)	1.690
Contas a receber de partes relacionadas	(1.421)	(3.563)	(13.586)	(13.182)
Estoques	(4.858)	(1.323)	(4.054)	(790)
Imposto a recuperar	(800)	(393)	(1.025)	(465)
Outras contas a receber	(710)	(6.053)	8.859	417
Variação nos passivos operacionais				
Fornecedores	414	2.673	397	3.007
Contas a pagar de partes relacionadas	6.641	647	9.329	3.605
Salários e encargos sociais	(31)	259	(21)	412
Impostos e contribuições a recolher	(484)	(834)	(273)	(776)
Adiantamento de clientes	(330)	(1.120)	(268)	(1.022)
Outras contas a pagar	2.085	(83)	2.147	466
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.948**	**199**	**5.534**	**766**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido de controlada	157	364	157	364
Adições em investimentos	(2.024)	(3.654)	(427)	(3.654)
Adições ao imobilizado	(1.048)	(1.781)	(1.442)	(2.565)
Venda de imobilizado	8	–	146	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(2.907)**	**(5.071)**	**(1.566)**	**(5.855)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingressos de financiamentos	4.517	25.680	4.967	27.387
Pagamento de financiamentos	(7.979)	(20.398)	(8.263)	(20.206)
Recebimento por empréstimos a longo prazo	407	–	407	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.943)	(3.545)	(2.318)	(4.415)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(4.998)**	**1.737**	**(5.307)**	**2.764**
Fluxo de caixa líquido	**(957)**	**(3.135)**	**(1.339)**	**(2.325)**
Disponibilidades e aplicações financeiras - início do período	**16.060**	**19.195**	**17.394**	**19.719**
Disponibilidades e aplicações financeiras - fim do período	**15.103**	**16.060**	**16.055**	**17.394**
Informações adicionais				
Pagamento de IR e CS	–	–	308	319

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01/JANEIRO/2015 A 31/DEZEMBRO/2017 - R$ MIL

Contas Especificações	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
	Atualizado		Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Realizar		
Saldos em 31/12/2015	15.000	212	2.655	60.697	–	3.695	86.759
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	4.195	4.195
Realização de reservas							
Destinações do lucro líquido	–	–	210	3.084	–	–	(4.195) (901)
Reserva legal	–	–	210	–	–	–	(210) –
Constituição reservas	–	–	–	3.985	–	–	(3.985) –
Dividendos propostos	–	–	–	(901)	–	–	– (901)
Saldos em 31/12/2016	15.000	212	2.865	63.781	4.496	3.695	– 90.049
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.029 2.029
Realização de reservas							
Destinações do lucro líquido	–	–	101	460	–	–	(2.029) (1.468)
Reserva legal	–	–	101	–	–	–	(100) –
Constituição reservas	–	–	–	1.927	–	–	(1.927) –
Dividendos propostos exercícios anteriores	–	–	–	(566)	–	–	– (566)
Dividendos propostos	–	–	–	(901)	–	–	– (901)
Saldos em 31/12/2017	15.000	212	2.966	64.241	4.496	3.695	– 90.610

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1. Informações sobre a Companhia: A Baumer S.A. ("Companhia") e suas controladas atuam no desenvolvimento, industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em equipamentos médico-hospitalares, de saúde em geral, científica, holearia, operando no país e no exterior. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada na Cidade de São Paulo. **Nota 2. Base de Preparação e Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, individual e consolidada, foram preparadas considerando o princípio histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. **2.1. Base de Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e são compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação. **2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que ela opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, esses são convertidos para o Real (R$) na data das demonstrações financeiras. **2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancarias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (Nota 4). **2.4. Contas a Receber de Clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços de clientes no curso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. (Nota 5). **2.5. Estoques:** Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia e suas controladas cuidam seus estoques por absorção, utilizando a média nível ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação (Nota 6). **2.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial nas controladoras (Nota 7). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária (Nota 8). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas de valor recuperáveis. **2.8. Intangíveis:** Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados com a possibilidade de ganho de crescimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.9. Empréstimos:** São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até as datas dos balanços (vide Nota Explicativa nº 10). Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas, periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais. **2.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente. **2.12. Benefícios a Empregados:** Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização. **2.13. Participação nos Resultados:** A Companhia e suas controladas concesionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais anualmente, e aprovadas pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas. **2.14. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de ativos e passivos e outras transações, no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis. **2.15. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. **2.16. Apuração do Resultado e Critério de Reconhecimento de Receita de Vendas:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A receita de venda dos produtos é reconhecida no resultado, enquanto os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos aos clientes, bem como quanto à transferência de propriedade ocorrer. **2.17. Instrumentos Financeiros:** A classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos e recebíveis e disponíveis para venda. Para os passivos financeiros a classificação pode ser ao valor justo por meio do resultado e mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, com exceção dos ativos classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e nos casos e benefícios de forma significativa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. A classificação dos instrumentos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 23. **2.18. Demonstração do Valor Adicionado:** A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas. **2.19. Novos Pronunciamentos que ainda não estão em Vigor:** As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expectativas efeitos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.20. Demais Ativos Circulantes e não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **Nota 3. Estimativas Contábeis:** As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, referentes de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores, objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são: a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; b) revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizado e de sua recuperação nas operações; c) análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis; d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores; f) imposto de renda e contribuição social diferidos; g) provisões para contingências de liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

Nota 4. Caixa e Equivalência de Caixa:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Caixa e bancos	4.006	4.829	4.199	5.057
Aplicações moeda nacional	11.232	11.858	12.337	12.337
Total	15.103	16.061	16.055	17.394

As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundo de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 92% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Nota 5. Contas a Receber de Clientes:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Nacional	21.365	20.862	27.850	24.065
Estrangeiros	5.858	6.727	5.865	6.727
Total	27.223	27.589	33.715	30.792
PCLD	(1.350)	(1.008)	(1.350)	(1.008)
Contas a Receber de Clientes, líquido	25.873	26.581	32.365	29.784
Vencidas	11.701	14.799	14.646	15.886

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
0 a 30 dias	3.483	4.447	2.563	2.207
31 a 60 dias	1.675	2.257	2.704	3.107
61 a 90 dias	1.683	1.429	3.389	1.864
91 a 120 dias	677	1.511	1.158	1.876
121 a 150 dias	449	691	592	778
151 a 180 dias	170	901	282	960
Acima de 181 dias	3.364	3.563	3.960	5.100
A vencer	15.522	12.790	19.069	14.906
Total	27.223	27.589	33.715	30.792

Movimentação da PECLD

	Controladora 2017/2018	Controladora 2017/2016	Consolidado 2017/2018	Consolidado 2017/2016
Saldo inicial	(1.008)	(1.478)	(1.008)	(1.478)
Constituição de perdas - (a)	(613)	(384)	(613)	(384)
Reversão - (b)	271	854	271	854
Saldo Final	**(1.350)**	**(1.008)**	**(1.350)**	**(1.008)**

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas a prazo. Para atenuar este risco, a Companhia adota como política a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A estimativa para risco de crédito foi calculada com base na análise de riscos de crédito, na análise cronológica e histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem. A controladora e nem as controladas adquiriram em 2017 e 2016 ativos financeiros ou não financeiros por meio de garantias.

Nota 6. Estoques:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Produtos acabados	12.171	10.316	22.437	19.971
Produtos em processo	14.186	10.021	14.187	11.542
Mercadorias/materiais/componentes	7.940	7.779	7.963	7.840
Total	34.297	28.116	44.587	39.353

Os saldos de estoques, controladora e consolidada, em 31 de dezembro de 2017, estão líquidos da provisão para perdas em estoque relativo a estoques obsoletos. **Nota 7. Investimentos:**

	País	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro/ Prejuízo do Exercício	Participação no Capital Social	Equivalência Patrimonial 31/12/17	Equivalência Patrimonial 31/12/16	Valor Patrimonial de Investimento 31/12/17	Valor Patrimonial de Investimento 31/12/16
Comércio Importação Electa Ltda.	Brasil	7.657	842	41.85	41,85	392	348	2.681	2.332
Hospitalar Sul Ltda.		1	–	95,00	95,00	–	–	1	–

Nota 10. Exigível a Longo Prazo: a) Impostos e Contribuições Sociais: São demonstrados pelos valores atuais, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

b) Financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/17 Controladora	31/12/16 Controladora	Condições Consolidado
Bancos Santos	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/18	8.154	7.759	Juros anual 20,933%
Citibank - BNDS PSI	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/17	–	408	Juros anual 9,5%
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	1.024	1.024	Juros anual 5,5% + TJLP
Banco do Brasil BNDS PSI	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/17	–	467	Juros anual 9,5%
Banco Brasil (Grob)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	195	194	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	2.403	1.007	Juros anual 3,5%
Banco Brasil	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	97	138	Juros anual 5,5%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	219	56	Juros anual 20,912%
Leasing Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	–	180	Juros anual 20,912%
Total Circulante				11.092	11.233	
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	3.583	4.606	Juros anual 4,0%
Banco Brasil (Grob)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	989	1.183	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	12.217	14.703	Juros anual 5,5% + TJLP
Finame Itau	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	–	92	Juros anual 9,5%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	102	242	Juros anual 9,5%
Total Não Circulante				16.891	20.826	
Total Geral				28.000	32.059	

Instituição Financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/17 Consolidado	Condições Consolidado
Bancos Santos	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/18	8.392	Juros anual 20,933%
Citibank - BNDS PSI	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/17	–	Juros anual 9,5%
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	1.024	Juros anual 4,0%
Banco do Brasil BNDS PSI	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/17	–	Juros anual 9,5%
Banco Brasil (Grob)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	195	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	2.403	Juros anual 3,5%
Banco Brasil	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	97	Juros anual 5,5%
Banco de Chile	Capital de giro	Aval/Recebíveis	28/05/20	466	Juros anual 5,5%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	219	Juros anual 20,912%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	417	Juros anual 20,912%
Leasing Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	92	Juros anual 20,912%
Total Circulante				14.127	
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	3.583	Juros anual 4,0%
Banco Brasil (Grob)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	989	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	12.217	Juros anual 5,5% + TJLP
Finame Itau	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	75	Juros anual 9,5%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	1.007	Juros anual 9,5%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	102	Juros anual 9,5%
Total Não Circulante				17.973	22.110
Total Geral				32.100	35.092

No ano de 2017 a Baumer efetuou o pagamento de R$ 7,9 milhões para liquidação de empréstimo junto às instituições bancárias; a administração da Companhia está permanentemente empenhada em buscar por fontes competitivas para o financiamento de suas operações. **c) Provisão para contingências e obrigações legais:** A Companhia e suas controladas são partes em ações administrativas e judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes de operações em andamento e de operações já encerradas. As suas provisões foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como "provável" tendo por base a estimativa de valor em risco determinada pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia estima que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Natureza da Contingência

	Controladora 2016	Controladora 2017	Consolidado 2016	Consolidado 2017
Trabalhista	141	618	141	618
Fiscal	1.122	1.330	1.122	1.330
Cível	1.193	511	1.193	511
Total	2.458	2.357	2.458	2.357

Atualmente a Administração não consegue informar de forma segura o cronograma de pagamento das possíveis novas provisões e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não possuem relativamente recentes e ainda estarem em discussão nas esferas administrativa e/ou judiciais. **Nota 11. Capital Social:** O capital social está composto por 9.800.000 ações, sendo 4.900.000 ações ordinárias e 4.900.000 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações têm direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% para as ordinárias e 30% para as preferenciais sobre o lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não podendo ser inferior ao dividendo prioritário de 6% do capital para as ações preferenciais. **Nota 12. Reserva de Lucros:** O montante de lucros retidos, adicionais às reservas de lucros

PIEMONTI EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ nº 23.048.351/0001-78

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante		
Disponibilidades	2	2
Não circulante		
Contas correntes - controlada	151	75
Investimentos	3.545	3.481
	3.696	3.556
	3.698	3.558

Passivo	2017	2016
Não circulante		
Contas correntes - sócios	146	91
Patrimônio líquido		
Capital social	3.278	3.278
Lucros acumulados	274	189
	3.552	3.467
	3.698	3.558

Receita operacional bruta:	2017	2016
Resultado de equivalência patrimonial	90	(186)
(Despesas) receitas operacionais:		
Administrativas e gerais	(4)	(14)
Financeiras líquidas	(1)	(1)
	(5)	(15)
Prejuízo líquido do exercício	85	(201)
Prejuízo líquido por mil ações do capital final - R$	22,63	(77,09)

Atividades Operacionais	2017	2016
Prejuízo Líquido do Exercício	**85**	**(201)**
Ajustes para conciliar o resultado líquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação		
Resultado da equivalência patrimonial	(90)	186
Aumento (redução) em contas correntes - acionistas	(21)	17
Caixa líquido proveniente das operações	**(26)**	**2**
Atividades de financiamentos		
Dividendos recebidos	26	-
Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	**26**	-

	Capital Social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	**2.790**	**(106)**	**2.684**
Aumento de capital conforme Ata de AGOE de 18/04/2016, registrada Jucesp 08/06/016	1.480	-	1.480
Redução de capital conforme Ata de AGOE de 17/08/2.016, registrada Jucesp em 29/11/2016, mediante:			
Absorção de prejuízos acumulados	(496)	496	-
Cancelamento de ações	(496)		(496)
Prejuízo líquido do exercício		(201)	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**3.278**	**189**	**3.467**
Prejuízo líquido do exercício		85	85
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**3.278**	**274**	**3.552**
(Redução) aumento líquido nas disponibilidades		-	**2**
Disponibilidades em 01 de Janeiro		2	-
Disponibilidades em 31 de dezembro		**2**	**2**

A DIRETORIA

Antonio Agnaldo Zandonã - Contador - CRC 1SP-144.787/O-0

PIEMONTI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 23.073.361/0001-63

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante		
Disponibilidades	2	3
Não circulante		
Conta corrente - NG Metalúrgica	49	49
Investimentos	61.749	62.952
	61.798	63.001
	61.800	63.004

Passivo	2017	2016
Não circulante		
Contas correntes acionistas	125	120
Patrimônio Líquido		
Capital social	40.338	40.338
Reservas de lucros	16.922	18.071
	4.416	4.475
Reserva de reavaliação	61.675	62.884
	61.800	63.004

Receita operacional bruta:	2017	2016
Resultado de equivalência patrimonial	(1.203)	(1.652)
(Despesas) receitas operacionais:		
Administrativas e gerais	(5)	(12)
Financeiras líquidas	(1)	(1)
	(6)	(13)
Prejuízo líquido do exercício	(1.209)	(1.665)
Prejuízo líquido por mil ações do capital final - R$	(241,57)	(243,49)

Atividades Operacionais	2017	2016
Prejuízo Líquido do Exercício	**(1.209)**	**(1.665)**
Ajustes para conciliar o resultado líquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação		
Resultado da equivalência patrimonial	1.203	1.652
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em contas correntes	5	16
Caixa líquido proveniente das operações	**(1)**	**3**
Aumento líquido nas disponibilidades	**(1)**	**3**
Disponibilidades em 01 de Janeiro	3	-
Disponibilidades em 31 de dezembro	2	3

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Reservas de Reavaliação	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	**40.338**	**109**	**19.408**	**4.694**	-	**64.549**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(219)	219	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Destinação do resultado do exercício:						
Absorção de prejuízo pela reserva de lucros	-	-	(1.446)	1.446	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**40.338**	**109**	**17.962**	**4.475**	-	**62.884**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(60)	60	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.209)	(1.209)
Destinação do resultado do exercício:						
Absorção de prejuízo pela reserva de lucros	-	-	(1.149)	1.149	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**40.338**	**109**	**16.813**	**4.415**	-	**61.675**

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL

Sociedade de Pessoas Individuais

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 1414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário nº 0123307200 de 18/06/2012, no qualidade de Fiduciante **Jorge Luiz de Barros**, brasileiro, empresário, CI nº 712994084-TRB/DIA e CPF nº 462.253.747-87, casado sob o regime de separação total de bens, e sua mulher **Jacqueline Aparecida Lopes de Barros**, brasileira, administradora, CI nº 14.4.360.456-SSP/MG e CPF nº 786.106.056-04, residentes e domiciliados na Rua Francisco Rafalpi Leite Neto, 200, Atalaia, Aracaju/SE, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 02 de Maio de 2018, às 10:15 horas**, à Av. Indianópolis, 2895, Planalto Paulista, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 667,288,37 (Seiscentos e sessenta e sete mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos)**, o imóvel abaixo descrito, como uma **Casa** residencial com terreno de 350,00m² e área construída de 184,45m², localizada na Rua João Carvalho de Araújo, 1154, Bairro Atalaia, **Aracaju/SE**, Matrícula nº 164 do CRI de Aracaju/SE. Obs: Ocupado. Descupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 16 de Maio de 2018**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 382,841,47 (Trezentos e oitenta e oito mil seiscentos e quarenta e hum reais e quarenta e sete centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.vizeuonline.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **CADASTRE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.vizeuonline.com.br**, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada ex-balder "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e local de realização do primeiro e segundo leilões, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, assegurando o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ou valor da avaliação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.vizeuonline.com.br**, o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições; all estabelecidos, O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, considerem o horário oficial de Brasília/DF. As arrematações obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Infs. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores Acionistas da Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 de abril de 2018, às 14:30hs, na sede da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria, para o exercício de 2018. São Paulo, 18 de abril de 2018. **Maria Lúcia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

Serasa S.A.

CNPJ/NIRE nº 62.173.620/0001-80 - NIRE Nº 35.300.06256-6

Conselho de Administração Ata de 22 de Março de 2018

Aos 22 dias do mês de março de 2018, reunia-se na sede da companhia, às 14h00, o Conselho de Administração da Serasa S.A., com a presença dos Conselheiros Srs. José Luiz Teixeira Rossi e Valdemir Bertolo e, por conferência telefônica, dos Conselheiros Srs. Darryl Scott Gibson e Anthony David Reeves, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) votar a destinação do lucro líquido abrangendo a distribuição de dividendos intercalares referentes ao período do primeiro trimestre de 2018; (ii) autorizar o licenciamento de marca de propriedade da Companhia; e (iii) outros assuntos. Assumiu a presidência dos trabalhos o Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Companhia, Sr. José Luiz Teixeira Rossi, para conduzir os trabalhos, com a anuência de todos os Conselheiros presentes. Deliberado e colocado em votação o primeiro item da ordem do dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos, a proposta de destinação do lucro líquido, abrangendo a distribuição dos dividendos intercalares apurados nas demonstrações financeiras da Serasa S.A., relativamente ao período de janeiro e fevereiro de 2018, de acordo com a Proposta de Declaração de Dividendos Intercalares e Proposta de Dividendos Intercalares datada de 13 de março de 2018. Passando para o item (ii) da Ordem do Dia, foi autorizado, por unanimidade de votos, o licenciamento de marca de propriedade da Companhia, conforme sumário executivo apresentado. Ausência justificada dos Conselheiros Srs. Kerry Lee Williams e Lloyd Mark Pitchford. Os trabalhos foram secretariados pela Sra. Vanessa Araújo Lopes Bufalla. Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho de Administração ofereceu a palavra para quem dela quisesse fazer uso. Não havendo outras manifestações, o Vice-Presidente agradeceu aos Senhores Conselheiros e encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos. Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio às folhas nº% 93 e 94 do Livro de Ordem 06, devidamente registrado perante a JUCESP. Conselheiros presentes e signatários da ata: José Luiz Teixeira Rossi, Valdemir Bertolo, Darryl Scott Gibson e Anthony David Reeves. Vanessa Araújo Lopes Bufalla - Secretária. JUCESP nº 166.043/18-7 em 06.04.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0154123-30.2012.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação. Requerente: Marcos Montanaro e outro. Requerido: Espaço Aberto Comércio de Esquadrias Ltda e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 0154123-30.2012.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Jane Franco Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPAÇO ABERTO COMÉRCIO DE ESQUADRIAS LTDA, CNPJ 06.119.637/0001-88, na pessoa de seu representante legal, que Marcos Montanaro e Ana Lucia de Oliveira Montanaro lhe ajuizaram ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Reparação por Danos Morais e pedido de Tutela Antecipada, de Procedimento Comum, objetivando a antecipação de tutela para que a requerida seja compelida a efetuar o cancelamento dos débitos a serem cobrados na fatura do cartão de crédito das requerentes, no valor de R$ 2.157,00 (cada), com vencimento em 15/06 e 15/07/2012, sendo ao final julgada totalmente procedente a demanda para: A) Declarar a inexigibilidade do débito no valor de R$ 4.134,00, referente às parcelas a serem cobradas pela requerida no valor de R$ 2.157,00 (cada); B) seja a requerida condenada a indenizar os danos morais sofridos, a serem arbitrados por você estimado em valor não inferior a 40 salários mínimos, com o objetivo de compensar a vítima e desestimular novas práticas lesivas pela requerida; C) seja a requerida condenada, solidariamente, nas custas processuais e honorários advocatícios. Deferida a tutela antecipada e estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2018. 18 e 19/04/2018

FORROS REGIONAIS ITAQUERA VARAS CÍVEIS 3ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0018530-38.2012.8.26.0007** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Celso Maziteli Neto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) réu MARCOS BERNARDO ALCANTARA, CPF 087.113.028-95 e a todos quanto a presente virem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Despesas Condominiais,Processo nº0015832-38.2012.8.26.0007,movida por CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL SANTA BARBARA,cuja petição inicial assim se resume nos termos da minuta apresentada em Cartório e juntada a fls 1 a 5, Pretende o Autor a condenação do Réu ao pagamento de despesas condominiais e acessórios na importância de R$ 8.762,98 (Oito Mil Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Noventa e Oito Centavos), referentes ao Apartamento 44, Bloco 45,Situado parte integrante do Condomínio Autor.Pretende ainda a condenação do Réu ao pagamento das taxas condominiais e acessórios que se vencerem no curso da demanda e nas verbas sucumbenciais.E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguem possa alegar ignorância, o futuro, foi determinada a citação por edital, ficando o Réu MARCOS BERNARDO ALCANTARA, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente CITADO da petição inicial ora resumida, neste transcrito, ficando ainda cientificado de que, não sendo contestada a ação, presume-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. O prazo de contestação será de 15 (quinze) dias, estes contados após o decurso de 20 (vinte) dias do presente Edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [tr.16]

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital, devidamente autorizado pela **COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO,** por estar(em) em lugar incerto e não sabido ou presumivelmente se ocultando, fica(m) notificado(s) o(a) Sr(a). FERNANDO DE CARVALHO E MELLO, BRASILEIRO, SEPARADO CONSENSUALMENTE, BANCÁRIO, CPF: 046.448.087-68 de que o **1º Público Leilão e 2º Público Leilão** do imóvel sito à: RUA CORONEL CONRADO SIQUEIRA CAMPOS Nº 47, APARTAMENTO Nº 124, BLOCO B, LOCALIZADO NO 12º ANDAR OU 15º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO KAZARES, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO PÁSSAROS E FLÔRES, NO 30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA. - SÃO PAULO/SP. Serão realizados nos seguintes dias e horários: **1º Leilão: Dia: 26/04/2018 DAS 10:00 AS 10:15h,** no(a) AV. GUILHERME COTCHING, Nº 1170, COD. 0273, AG. VILA MARIA, SÃO PAULO/SP e o **2º Leilão: Dia: 16/05/2018 DAS 10:00 AS 10:15h,** no mesmo local de realização do primeiro leilão, na forma da Lei (Decreto-Lei Nº 70 de 21.11.66) e Regulamentação Complementar, para pagamento da dívida hipotecária em favor do(a) **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** por se acharem vencidas e não pagas as obrigações pecuniárias referentes ao financiamento imobiliário contrato nº **2181635049981**, relativo ao imóvel acima descrito, e cuja hipoteca encontra-se inscrita no 15º Registro Geral de Imóveis de SÃO PAULO/SP, sob nº 128.941. O segundo público leilão ocorrerá somente na hipótese de não haver licitante no Primeiro Leilão.

São Paulo, 17 de abril de 2018
HELIO JOSE ABDOU
Leiloeiro Público Oficial
Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP.
Fones: 11-97334-6595 – 11-2687-1327.

17, 18 e 19/04/2018
SED: 30633/2017

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU, RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.
A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.
A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.
Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.
Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.
SED:1D4EA- CONTRATO: 1181641188674- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA-AGENCIA: 1816 GRANJA JULIETA

ROSANA TADEU FAZANARO, BRASILEIRO(A), INDUSTRIARIA, CPF 01135886822, CI 11.853.371 SSP/SP, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 42, 5º PAVIMENTO, 3º ANDAR, BLOCO 15, CONJUNTO RESIDENCIAL VILLA RICA, SITUADO NA PRAÇA ALMIRANTE PENA BOTTO, Nº 5, SITIO DO MATO DO COXO, BAIRRO JABACAGUERA OU RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SAO PAULO, SP. COM A AREA UTIL DE 52,3925MS2, E A AREA COMUM DE 6,04157MS2, JÁ INCLUIDA A CORRESPONDENTE A 1 VAGA INDETERMINADA NO ESTACIONAMENTO, PERFAZENDO A AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 58,43407MS2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 0347223% NO TERRENO E NAS PARTES COMUNS DO CONDOMINIO. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 678.514,95
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 202.000,00

SAO PAULO, 29/03/2018
ARY ANDRE NETO

29/03 - 02 - 18/04/2018

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU, RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.
A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.
A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.
Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.
Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.
SED:1D4EA- CONTRATO: 1181641188674- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA-AGENCIA: 1816 GRANJA JULIETA

ROSANA TADEU FAZANARO, BRASILEIRO(A), INDUSTRIARIA, CPF 01135886822, CI 11.853.371 SSP/SP, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 42, 5º PAVIMENTO, 3º ANDAR, BLOCO 15, CONJUNTO RESIDENCIAL VILLA RICA, SITUADO NA PRAÇA ALMIRANTE PENA BOTTO, Nº 5, SITIO DO MATO DO COXO, BAIRRO JABACAGUERA OU RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SAO PAULO, SP. COM A AREA UTIL DE 52,3925MS2, E A AREA COMUM DE 6,04157MS2, JÁ INCLUIDA A CORRESPONDENTE A 1 VAGA INDETERMINADA NO ESTACIONAMENTO, PERFAZENDO A AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 58,43407MS2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 0347223% NO TERRENO E NAS PARTES COMUNS DO CONDOMINIO. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 678.514,95
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 202.000,00

SAO PAULO, 29/03/2018
ARY ANDRE NETO

29/03 - 02 - 18/04/2018

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital, devidamente autorizado pela **DOMUS COMPANHIA HIPOTECARIA,** por estar(em) em lugar incerto e não sabido ou presumivelmente se ocultando, fica(m) notificado(s) o(a) Sr(a). MARCIA DOMINGUES FORSTER, BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, UNIVERSITÁRIA, CPF: 086.656.688-02 de que o **1º Público Leilão e 2º Público Leilão** do imóvel sito à: RUA ARLINDO VEIGA DOS SANTOS, Nº 25, AP 93, 9º ANDAR OU 12º PAV. DO EDIF. COLORADO E VAGA INDETERMINADA NA GARAGEM COLETIVA LOCALIZADA NOS 2º E 1º SUBSOLOS OU 1º E 2 º PAV. DO EDIF COLORADO, CONDOMINIO FOREST HILLS PARK, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO - SAO PAULO/SP. Serão realizados nos seguintes dias e horários: **1º Leilão: Dia: 26/04/2018 DAS 10:00 AS 10:15h,** no(a) AV. GUILHERME COTCHING, Nº 1170, COD. 0273, AG. VILA MARIA, SÃO PAULO/SP e o **2º Leilão: Dia: 16/05/2018 DAS 10:00 AS 10:15h,** no mesmo local de realização do primeiro leilão, na forma da Lei (Decreto-Lei Nº 70 de 21.11.66) e Regulamentação Complementar, para pagamento da dívida hipotecária em favor do(a) **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** por se acharem vencidas e não pagas as obrigações pecuniárias referentes ao financiamento imobiliário contrato nº **1025140630636**, relativo ao imóvel acima descrito, e cuja hipoteca encontra-se inscrita no 11º Registro Geral de Imóveis de SAO PAULO/SP, sob nº 195.913 / 196.009. O Segundo público leilão ocorrerá somente na hipótese de não haver licitante no Primeiro Leilão.

São Paulo, 17 de abril de 2018
HELIO JOSE ABDOU
Leiloeiro Público Oficial
Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP.
Fones: 11-97334-6595 – 11-2687-1327.

17, 18 e 19/04/2018
SED: 10337/2017

"ASSOCIAÇÃO DE TAXISTAS CHAME TÁXI – CNPJ n. 58.633.488/0001-74 – CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Nos termos do estatuto social e do artigo 60 da Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, o Diretor-Presidente convoca os seus associados em condições de votar, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** que será realizada no dia **28 de abril de 2018**, para melhor acomodação de seus associados, **na Rua Tasseli Ugo, nº 310, Vila Dalva, CEP: 05387-000**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em primeira convocação, às 11 horas, com 2/3 (dois terços) dos seus associados; em segunda convocação, às 12 horas, com metade mais um dos seus associados e, em terceira convocação, às 13 horas, em qualquer numero de associados, para tratar da **seguinte Ordem do Dia: 1)** Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada do parecer do conselho fiscal compreendendo: relatório de gestão da Diretoria e balanço patrimonial dos exercícios de 2016 e 2017, incluindo a demonstração do superávit ou do déficit do exercício social. **2)** Deliberação sobre autonomia do setor comercial incluindo concessão de descontos, promoções e valor das corridas. **3)** Julgamento do recurso interposto pelo associado prefixo 1247. *O número de associados para efeito de "quorum" de instalação da Assembleia Geral é de 283 (duzentos e oitenta e três).* São Paulo, 18 de abril de 2018. Marcos Domiciano Machiori. Diretor-Presidente."

"COOPERATIVA DE TRANSPORTE DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE TÁXI DE SÃO PAULO - COOPER CHAME TAXI – CNPJ n. 21.969.206/0001-02. NIRE – 35400170999 - CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Nos termos do estatuto social e dos artigo 45/46 da Lei n. 5.764/71, o Diretor-Presidente convoca os seus cooperados em condições de votar, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** que será realizada no dia **28 de abril de 2018**, para melhor acomodação de seus cooperados, **na Rua Tasseli Ugo, nº 310, Vila Dalva, CEP: 05387-000**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em primeira convocação, às 08 horas, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados; em segunda convocação, às 09 horas, com metade mais um dos seus cooperados e, em terceira convocação, às 10 horas, com o mínimo de 10 (dez) cooperados, para tratar da **seguinte Ordem do Dia: 1)** Prestação de contas da Diretoria acompanhada do parecer do conselho fiscal compreendendo: relatório da gestão, balanço patrimonial dos exercícios sociais de 2016 e 2017, demonstração das sobras e perdas, com sua destinação e plano de atividades. **2)** Esclarecimentos e deliberação sobre o ISS. **3)** Deliberação sobre autonomia do setor comercial incluindo concessão de descontos, promoções e valor das corridas. **4)** Julgamento do recurso interposto pelo cooperado prefixo 1247. *O número de cooperados para efeito de "quorum" de instalação da Assembleia Geral é de 283 (duzentos e oitenta e três).* São Paulo, 18 de abril de 2018. Marcos Domiciano Machiori. Diretor-Presidente."

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **NATALLI PFISTER DUARTE**, brasileira, solteira, maior, administradora, RG nº 48135941-9-SSP/SP, CPF nº 405.140.708-03, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Barão de Iguape nº 607, apartamento nº 143 R, Liberdade, fica intimada a purgar a mora mediante o pagamento referente a 16 (dezesseis) prestações em atraso, vencidas de 06/01/2017 a 06/04/2018, no valor de R$43.174,64 (quarenta e três mil cento e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$43.301,36 (quarenta e três mil trezentos e um real e trinta e seis centavos), que atualizado até 04/05/2018, perfaz o valor de R$43.681,80 (quarenta e três mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Primeiro de Agosto, nº 253, apartamento nº 04, localizado no pavimento térreo do Bloco A do empreendimento denominado Residencial Crescer Cursino, Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada no R.4 na matrícula nº 211.018. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 as 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a devedora desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial de Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação

Transbia Transportes Baldan S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os acionistas a se reunirem no dia **24/04/2018, às 9h30**, e em 2ª chamada às 10h30, em sua sede na Av. Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **AGO: a)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referente ao exercício de 2017; **b)** Eleição da Diretoria para o biênio 2018/2019; **c)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 13/03/2018. Walter Baldan Filho – Diretor.

LATAMPART CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF: 08.951.361/0001-25 - NIRE: 35.300.342.313

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGE a ser realizada no **dia 25/04/2018, às 10h00**, na sede social da Companhia, Rua Padre João Manuel, 755, 11º andar, Jardim Paulista, Cerqueira Cesar, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01401-001, para tratar da seguinte: **Ordem do dia:** (i) Aprovação das contas dos administradores; (ii) Atualização do quadro de acionistas; (iii) Outros assuntos de interesse da Companhia. **Latampart Concessões S.A.** – Reinaldo Estevão de Macedo e Vanda Mª Rodrigues de Souza - Administradores. (17, 18 e 19/04)

Processo 1062302-86.2018.8.26.0002 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - Cicero Jose da Silva - Helena Moreira da Silva - Mabil Matarazzo Administradora de Bens Imobiliários Ltda - Jose Pereira de Jesus - Laura Garcia de Jesus - Antonio Bezerra de Lima - Jose Machado da Silva - Josefa Maria da Silva - EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1062302-86.2018.8.26.0002. Classe: Assunto:Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória. Requerente: Cicero José da Silva e outro. Requerido: Mabil Matarazzo Administradora de Bens Imobiliários Ltda e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1062302-86.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato de Abreu Perine, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(s) Josefa Maria da Silva, herdeiros eu sucessores, que Cicero José da Silva e Helena Moreira da Silva ffe ajuizaram ação de Adjudicação Compulsória, de Procedimento Comum, objetivando a adjudicação do imóvel constituído por 50% do lote 8, da quadra H1, do Loteamento denominado Parque Amélia, Gleba 1, situado na Rua Bernardo Morita, nº 83, antigo nº 87, CEP 04841-140, São Paulo/ SP, com a área de 300,00m², objeto da matrícula nº 30.738 do 1º CRI da Capital/SP, adquirido pelos requerentes através do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos de Compromisso de Venda e Compra, ea que não houve outorga de escritura definitiva. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de abril de 2018. 18 e 19/ 04 / 2018

Baldan Implementos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59

Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **24 de abril de 2018, às 8h00** e em segunda chamada às 9h30, em sua sede localizada **Avenida Baldan, nº 1500 – Nova Matão/SP**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2017; **b.)** referendar a eleição dos membros do Conselho de Administração Sr. Dario Costa Gaeta e Sr. Paulo Airton Cerlhen Rocha, para cumprimento do saldo do mandato do triênio 2017/2019, conforme indicações do Conselho de Administração; **Em sede de Extraordinária: a.)** Reajuste da remuneração do Conselho de Administração; **b.)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; Matão/SP, 13 de Abril de 2018. Renato José Mastropietro – Presidente do Conselho de Administração. (14,17,18)

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1001172-14.2014.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leticia Fraga Benitez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) Condomínio Edifício Arvoredo, pelo sindico, Espólio de Max Zapata, por seu inv. e s/m Levina Muller Zapata e Maria Eugênia Cunha Viana Soraes e s/m José Maurício Soraes, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que MARCO ANTÔNIO MARTINS ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre uma vaga de garagem do imóvel situado na Rua Piauí, 490, nesta Capital, alegando posse mansa e pacífica no lapso legal e que nela teria nos fins, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [17,18]

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ nº 08.433.094/0001-67

ENGINEERING

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, **1. Contexto Operacional:** A Engineering do Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, fazendo parte do Grupo Engineering, na filiais especializadas em serviços de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Eletrônica, calcado em sistemas de integração, fornecimento de consultoria e de serviços especializados em tecnologia da informação e na solução de aplicativos próprios de gerenciamento. O mercado da Engineering do Brasil é representado por clientes preponderantemente nos segmentos: Telco, Energia&Utilitiies, Finanças (bancos), Indústria e Automação. **2. Eventos Econômicos:** Os indicadores econômicos e políticos apresentaram melhora no país em 2017, possibilitou à empresa continuar com seus projetos de maior presença e competitividade em todos os segmentos do mercado interno e externo. A posição da empresa, com participações em projetos de grande visibilidade e complexidade se com o fortalecimento da Engineering do Brasil, contribuiu como desafio, a implantação de todo o sistema de gestão corporativa/empresarial para mais de dez empresas do grupo. **3. Resumo Financeiro do Ano:** A receita bruta de 2017 atingiu R$ 188,68 milhões, um acréscimo de 12% em relação ao ano anterior, gerando um lucro bruto de R$ 33,46 milhões, 31% maior que em 2016. O resultado do período foi fortemente impactado devido a provisões realizadas de maneira conservadora pela direção da empresa, para fazer frente a riscos em projetos específicos, e adicionalmente, pela desvalorização do Real perante o Euro, gerando perdas cambiais relevantes, devido aos contratos de importação de equipamentos, em tempo para atender projetos específicos. Portanto, obtivemos um prejuízo líquido de 2017 com o valor negativo de R$ 13,94 milhões. **4. Perspectivas para 2018:** Mesmo com o cenário político indefinido em relação as eleições que ocorrerão neste ano de 2018, e as diversas investidas do poder legislativo com projetos para onerar a folha de pagamento, o setor de tecnologia da informação é bastante promissor para o ano de 2018 e a empresa vem acompanhando todas as tendências do mercado e particular de novos projetos, consolidando assim, nossas metas de crescimento para este ano. **5.Conclusão e Agradecimento:** Enviamos aos Senhores Acionistas para aprovação as Demonstrações Financeiras encerradas no exercício de 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta da Administração para deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram com o nosso resultado.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017 E 2016

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

ATIVO	Notas	2017 - R$	2016 - R$
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	3.697.810	12.147.139
Contas a receber	5	122.016.069	106.515.105
Partes relacionadas	13	1.333.434	988.380
Impostos a recuperar	6	10.615.473	8.067.353
Outros créditos	7	2.406.897	2.312.737
		140.069.683	**130.030.714**
Não circulante			
Impostos diferidos	21	10.132.122	2.964.812
Investimentos	8	123.061	123.061
Imobilizado	9	2.190.094	2.368.093
Intangível	10	10.385.970	12.190.945
		22.831.247	**17.646.911**
Total do ativo		**162.900.930**	**147.677.625**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2017 - R$	2016 - R$
Circulante			
Fornecedores		12.228.058	5.634.387
Adiantamento de clientes		199.621	268.247
Salários e encargos sociais	11	11.397.453	11.769.811
Impostos e contribuições a recolher	12	9.418.399	8.335.345
Partes relacionadas	13	6.498.337	3.973.538
Empréstimos com partes relacionadas	14	56.123.694	64.979.846
Provisão para contingências e riscos		15.474.048	1.400.000
Receitas a apropriar		5.457.565	4.119.051
Outras obrigações		951.619	-
		117.746.794	**100.500.225**
Não circulante			
Obrigações com aquisições de ações	15	2.740.936	6.447.963
		2.740.936	**6.447.963**
Patrimônio líquido			
Capital social	16	51.630.020	36.006.020
Reserva legal		-	1.191.419
Reservas de lucro		-	3.531.998
Prejuízo acumulado		(9.216.820)	-
		42.413.200	**40.729.437**
Total do passivo e patrimônio líquido		**162.900.930**	**147.677.625**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

Eventos	Capital social	Ajuste patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**25.006.020**	**32.144**	**1.072.837**	**14.663.564**	-	-	**41.394.565**
Aumento de capital	10.200.000	-	-	(10.200.000)	-	-	-
Ganhos com investimentos	-	163.242	-	-	-	-	163.242
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.371.630	2.371.630
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.400.000)	-	-	(3.400.000)
Transferências	-	-	118.581	2.253.049	-	(2.371.630)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**36.006.020**	**215.386**	**1.191.418**	**3.316.613**	-	-	**40.729.437**
Aumento de capital	15.624.000	-	-	-	-	-	15.624.000
Ganhos com investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(13.940.237)	(13.940.237)
Transferências	-	(215.386)	(1.191.418)	(3.316.613)	-	13.940.237	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**51.630.020**	-	-	-	(9.216.820)	-	**42.413.200**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

	Notas	2017 - R$	2016 - R$
Receita bruta			
Serviços prestados		168.688.047	150.616.100
Impostos sobre serviços prestados		(18.453.665)	(10.698.525)
Receita operacional líquida		150.234.382	139.917.575
Custo dos serviços prestados		(116.774.382)	(114.381.542)
Lucro bruto		**33.460.200**	**25.536.033**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(22.900.826)	(23.216.104)
Despesas tributárias	18	(1.855.457)	(2.656.849)
Provisão para contingências e riscos	20	(16.363.777)	(794.862)
Outras despesas		-	(1.399.130)
Total despesas operacionais		**(41.120.000)**	**(28.066.945)**
Receitas/despesas financeiras	19	(13.426.526)	9.018.612
Lucro/(prejuízo) antes do imposto		**(21.086.386)**	**6.487.700**
Impostos correntes	21	-	(1.947.552)
Impostos diferidos	21	7.146.149	(2.188.518)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		**(13.940.237)**	**2.371.630**
Lucro/(prejuízo) líquido por ação		**(0,39)**	**0,07**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

	2017 - R$	2016 - R$
Atividades operacionais		
Lucro/prejuízo do exercício	(13.940.237)	2.371.630
Ajuste dos itens que não afetam caixa nas atividades operacionais		
Depreciação	668.034	667.810
Amortização	2.212.855	3.043.369
Provisão para contingências	14.074.048	(370.005)
Alivo fiscal diferido	(7.167.310)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado	291.947	-
Perda na baixa de ativo intangível	21.595	-
Ganhos com equivalência/investimentos	-	163.242
(Aumento) redução em ativo		
Contas a receber	(15.500.964)	27.242.420
Impostos a recuperar	(2.548.120)	(1.235.364)
Outros créditos	(94.160)	970.809
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(345.054)	1.981.679
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	6.593.671	(28.756.522)
Adiantamento de clientes	(68.626)	(1.141.479)
Salários e encargos sociais	(372.358)	3.930.009
Impostos, taxas e contribuições	1.083.054	(7.374.785)
Débitos com partes relacionadas	2.522.799	41.412.205
Obrigação com aquisições	(3.707.027)	6.015.206
Receitas a apropriar	1.338.514	(5.180.961)
Outras obrigações	951.619	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(1.005.721)**	**41.739.263**
Atividades de investimento		
Aumento de capital	15.624.000	288.889
Aquisição de investimentos	-	(111.950)
Aquisição de ativo imobilizado	(781.982)	(662.182)
Aquisição de ativo intangível	(429.475)	(5.296.290)
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimentos	14.412.544	(10.080.341)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos obtidos	(8.856.152)	(26.110.802)
Ganhos com investimentos	-	-
Distribuição de dividendos	-	(3.400.000)
	(8.856.152)	**(29.510.802)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.449.329)**	**2.148.120**
Representada por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.147.139	9.999.019
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.697.810	12.147.139
	(8.449.329)	**2.148.120**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

1. Contexto operacional: Engineering do Brasil S.A. foi constituída em 08 de fevereiro de 2008, e começou suas operações em 28 de dezembro de 2008. O objetivo social da companhia passou como atividades principais, a comercialização, a importação, a exportação e a prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo assistência técnica, manutenção de software e treinamento, pesquisa e desenvolvimento de projetos. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a)** Autorização para conclusão: são destas demonstrações contábeis foi concedida pela Administração da Companhia em 07 de Março de 2018. Essas demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. A moeda de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis é o Real (R$). **b)** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC as quais estão de acordo com as práticas internacionais de contabilidade. **IFRS. 3. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas são: **a.** As estimativas contábeis foram baseadas em bases objetivas e subjetivas de acordo com julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do imobilizado, teste de recuperabilidade de ativo intangível (impairment) provisões ativas e passivas, etc. A liquidação das transações para crédito de liquidação envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente a Companhia revisa essas estimativas e premissas. **b.** Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos pelo seu valor justo por meio do resultado. **c.** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária e cambial, são atualizados até a data do balanço. As contraparti as dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A Administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis, pelo que não se registra nenhum correspondente ajuste. **d.** O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado e ou em função do custo incorrido em cada projeto em andamento incluindo os tributos impostos incidentes. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar as eventuais perdas. As receitas de prestação de serviços, os custos com compras de licenças e gastos com mão de obra técnica dos projetos são apropriados ao resultado à medida que os projetos avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "WIP" (serviços em processo), "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada projeto vendido, ou seja, o reconhecimento das receitas ocorre à medida que a implementação do projeto avança. O método WIP é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos projetos sobre as vendas de serviços. (ii) As receitas de vendas de serviços apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, são contabilizadas como contas a receber em contrapartida de receitas de prestação de serviços. **e.** Os investimentos em coligada são registrados pelo seu valor justo. **f.** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e instalação, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com o descrito na Nota 9. A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de efetuar provisão para redução do valor dos imobilizados ao seu valor recuperável (CPC 01) em 31 de Dezembro de 2017. **g.** Ativos intangíveis consistem em softwares adquiridos ou provenientes de ágio alocados por ocasião de aquisição de investimentos em controladas que foram incorporadas, reconhecidos pelo custo histórico abcixo, menos a amortização acumulada. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de três a dez anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. Para fins do teste do valor recuperável do ágio gerado em uma combinação de negócios, o montante do ágio apurado é alocado à "Unidade Geradora de Caixa - UGC" para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. **h.** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de realização. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos correspondentes encargos. **i.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos sos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **j.** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são avaliados anualmente e com possibilidade de revalorização e estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro. **k.** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão substancialmente representados por aplicações financeiras, representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB mantidas no Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco do Brasil S.A. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 encontram-se abaixo demonstrado:

	2017	2016
Caixa	-	40.918
Bancos conta movimento	3.603.482	8.182.905
Aplicação financeira	94.328	3.923.716
	3.697.810	**12.147.139**

5. Contas a receber:

	2017	2016
Sabesp	24.790.797	18.940.210
Metrobanra S.A.	21.036.391	25.479.992
Tim celular S.A.	17.800.234	21.775.830
Sepilag	11.874.186	23.105.996
Centrais Elétricas Brasileiras	10.939.061	-
Capua Projetos e Construções	3.438.499	1.293.832
Cosiba	3.024.773	655.514
Secretaria do Estado do Maranhão	1.758.950	1.521.394
Nextel Telecomunicações	1.656.934	-
Tenco Shopping Centers	926.002	-
Vale S.A.	864.788	1.077.481
FCA Fiat Chrysler	428.874	-
Claro S.A.	522.382	-
Laboratórios Pfizer	467.884	-
BASF S.A.	412.372	-
Outros	25.475.889	15.243.985
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.168.925)	(1.678.799)
	122.016.069	**106.515.105**

6. Impostos a recuperar:

	2017	2016
IRPJ	5.000.545	2.884.280
CSLL	3.378.526	2.017.661
ISS	276.817	-
ICMS	1.732.936	1.723.637
COFINS	-	682.130
PIS	-	147.811
Outros	226.349	611.834
Total	**10.615.473**	**8.067.353**

7. Outros créditos:

	2017	2016
Adiantamento de férias	304.301	1.329.883
Depósitos judiciais	551.228	-
Outros	1.551.368	982.854
8. Investimentos:	**2.406.897**	**2.312.737**
Investimento em coligada (a)	123.061	123.061
	123.061	**123.061**

(a) Em 31 de dezembro de 2016 a Engineering do Brasil S.A. optou por não exercer seu direito de preferência na subscrição das ações referente ao aumento de capital ocorrido em 31 de dezembro de 2016, tornando a Engil da Argentina em uma empresa coligada registrada pelo seu custo histórico de investimento.

9. Imobilizado:

	Total 31.12.2016	Adições	Baixas	Total 31.12.2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.480.052	247.901	(306.035)	1.421.918
Móveis e utensílios	622.016	33.146	-	655.162
Computadores e periféricos	2.627.551	486.594	(106.383)	3.007.762
Máquinas e equipamentos	206.374	14.341	-	220.715
Veículos	47.844	-	(47.844)	-
Total custo de aquisição	**5.193.837**	**781.982**	**(460.262)**	**5.515.557**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20% (905.600)	(107.968)	139.737	-
Móveis e utensílios	10% (322.857)	(85.173)	-	(408.030)
Computadores e periféricos	20% (1.472.555)	(447.251)	-	(1.919.806)
Máquinas e equipamentos	10% (102.533)	(21.263)	-	(123.796)
Veículos	20% (22.199)	(6.379)	28.578	-
Total custo depreciação	**(2.825.744)**	**(668.034)**	**168.315**	**(3.325.463)**
Total imobilizado	**2.368.093**	**113.948**	**(291.947)**	**2.190.094**

10. Intangível:

	Total 31.12.2016	Adições	Baixas	Total 31.12.2017
Software	35.082.528	429.475	(21.595)	35.470.407
Ágio	3.010.955	-	-	3.010.955
Total custo de aquisição	**38.073.483**	**429.475**	**(21.595)**	**38.481.362**
Software	(25.882.538)	(2.212.855)	-	(28.095.392)
Total amortização	**(25.882.538)**	**(2.212.855)**	**-**	**(28.095.392)**
Total intangível	**12.190.945**	**(1.783.380)**	**(21.595)**	**10.385.970**

11. Salários e encargos sociais:

	2017	2016
Provisão férias e encargos	6.737.580	5.977.934
Provisão bônus e PLR	2.757.214	3.295.550
INSS a recolher	1.286.121	540.730
FGTS a recolher	603.187	558.586
Outros	13.351	1.397.011
Total	**11.397.453**	**11.769.811**

12. Impostos e contribuições a recolher:

	2017	2016
IRRF	-	-
CSLL	-	-
CIDE sobre operações de câmbio	853.198	595.787
COFINS sobre operações de câmbio	515.188	359.253
PIS sobre operações de câmbio	3.117.424	2.235.790
ISS sobre operações de câmbio	411.725	299.740
IRRF sobre operações de câmbio	19.034	-
IRRF sobre salários	1.536.742	1.267.220
IRRF sobre terceiros	39.768	135.802
INSS sobre recetias	2.241.682	2.185.177
PIS	56.424	131.938
COFINS	347.783	680.265
ISS	138.839	220.937
Outros	156.992	302.636
Total	**9.418.399**	**8.335.345**

13. Partes relacionadas: Refere-se, principalmente, a transações com empresas do grupo conforme demonstrado a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado (despesa) 2017
Engineering Ingenieria Informática SPA	727.538	4.742.621	3.627.084
OVERIT SPA	117.547	1.490.752	-
Engi da Argentina S.A.	306.712	16.512	16.512
Engineering H.U.B	-	246.452	- 89.818
Engineering Internacional INC	181.589	-	-
	1.333.434	**6.496.337**	**3.733.414**

	Ativo	Passivo	Resultado (despesa) 2016
Engineering Ingenieria Informática SPA	847.864	2.188.395	9.331.887
OVERIT SPA	s/117.547	1.765.143	17.542
Engi da Argentina S.A.	23.119	-	-
	988.380	**3.973.538**	**9.349.229**

14. Empréstimos com partes relacionadas:

Empréstimos	Indexador	2017	2016
Empréstimo controladora - Engineering Ingenieria Informática SPA	Capital de giro 5% a.a.	56.123.694	64.979.846
		56.123.694	**64.979.846**

15. Obrigações com aquisições de ações:

	2017	2016
Obrigações com aquisições de ações	2.740.936	6.447.963
	2.740.936	**6.447.963**

(1) Em 31 de maio de 2016 foi incorporada pela Engineering do Brasil S.A. a empresa Logaren Soluções em Tecnologia de Automação e Informação Ltda. sendo que parte do valor da aquisição foi mantida em custódia no Banco Safra, através de uma operação de "escrow account". (2) Em janeiro de 2017 foi disponibilizado aos ex-acionistas da empresa Eurypro Sistemas Ltda. o valor correspondente em custódia (escrow account), referente a aquisição da empresa em outubro de 2011. **16. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 51.630.020 (Cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta mil e vinte Reais), está representado por 51.630.020 (36.006.020 em 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionistas	2017	%	2016	%
Engineering Ingenieria Informática SPA	51.113.720	99%	35.645.960	99%
Michele Craighi	516.300	1%	360.060	1%
Total	**51.630.020**		**36.006.020**	

Em 29 de dezembro de 2017 a Engineering do Brasil S.A. aumentou de capital social no montante de R$ 15.624.000 através da utilização de empréstimos obtidos no ano de 2015 e vencidos no ano de 2017 junto a sua acionista Engineering Ingenieria Informatica SPA.

17. Despesas gerais e administrativas:

	2017	2016
Aluguel	(2.588.381)	(5.318.022)
Serviços prestados por terceiros	(2.409.407)	(3.569.796)
Viagens	(6.315.900)	(5.471.441)
Depreciação e amortização	(2.921.218)	(3.711.179)
Seguros	(1.203.224)	(1.174.922)
Telefone e Internet	(1.262.051)	(1.043.705)
Feiras e eventos	(1.103.256)	(663.377)
Transporte e estacionamento	(1.613.573)	(558.703)
Outros	(3.483.816)	(1.704.954)
	(22.900.826)	**(23.216.104)**

18. Despesas tributárias:

	2017	2016
IR operações de câmbio	-	(3.314)
CIDE operações de câmbio	(390.290)	(611.654)
COFINS operações de câmbio	(364.793)	(576.104)
PIS operações de câmbio	(78.949)	(125.067)
ISS operações de câmbio	(170.416)	(282.342)
IPTU	(124.494)	(126.177)
Multas sobre impostos	(502.655)	(660.359)
Outros	(223.860)	(71.832)
Total	**(1.855.457)**	**(2.656.849)**

19. Resultado financeiro líquido:

	2017	2016
Despesas		
Despesas bancárias	(174.810)	(351.125)
Despesas de juros	(3.792.480)	(4.160.920)
Variação cambial	(13.789.337)	(3.226.973)
Outros	(34.039)	(61.053)
Subtotal	**(17.790.666)**	**(7.800.071)**
Receitas		
Variação cambial	4.346.938	16.805.000
Receitas de juros	-	-
Outros	17.202	13.683
Subtotal	**4.364.140**	**16.818.683**
Total	**(13.426.526)**	**9.018.612**

Flaxo de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

20. Provisão para contingências e riscos (resultado):

	2017	2016
Provisão para riscos diversos e encargos	(14.074.048)	(700.000)
Provisão para devedores duvidosos	(2.289.729)	(94.862)
	(16.363.777)	**(794.862)**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, que recomendam tendo como base os processos legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas-base das demonstrações. Com base nos termos pareceres emitidos pelos assessores legais da Companhia o montante apresentado de R$ 663 mil é considerado "perda possível" e, portanto, a Administração entendeu não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos. Na opinião da Administração, não se espera que quaisquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou sobre os resultados das operações da Companhia. Em dezembro de 2017 a empresa optou por realizar provisão para seu montante de R$ 14.074.048 para fazer frente a possíveis perdas com projetos. **21. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos às diferenças temporárias são registrados em contas patrimoniais.

	Impostos de renda	Contribuição social	2017 Total
A) Composição dos impostos			
Adições e exclusões temporários diferidos	(5.270.080

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e que serão submetidas à assembleia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

A T I V O	2017	2016
Circulante		
Caixa e Bancos	0	310
Tributos a Compensar	5.022	2.976
Total do ativo circulante	**5.022**	**3.286**
Não circulante		
Partes relacionadas	2.512.293	2.556.421
Imobilizado	1.088.908	1.088.908
(-) Depreciações	(1.088.908)	(1.088.908)
Intangíveis	9.691	9.691
Total do ativo não circulante	**2.521.984**	**2.566.112**
Total do ativo	**2.527.006**	**2.569.398**

P A S S I V O	2017	2016
Circulante		
Bancos conta movimento	582	0
Impostos e contribuições a recolher	1.173	12.481
Contribuição social a pagar	0	1.202
Total do passivo circulante	**1.755**	**13.683**
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado	1.502.267	1.502.267
Lucros / Prejuízos Acumulados	1.022.984	1.053.448
Total do patrimônio líquido	**2.525.251**	**2.555.715**
Total do passivo	**2.527.006**	**2.569.398**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.502.267**	**0**	**1.043.303**	**2.545.570**
Lucro líquido do exercício	0	0	10.145	10.145
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.502.267**	**0**	**1.053.448**	**2.555.715**
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	(16.104)	(16.104)
Lucro líquido do exercício	0	0	(14.360)	(14.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.502.267**	**0**	**1.022.984**	**2.525.251**

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	2017	2016
Receitas dos serviços prestados	0	0
Deduções da receita bruta de serviços (impostos)	0	0
Receita Operacional Líquida	0	0
Receitas (Despesas)		
Administrativas	(39.110)	(114.452)
Resultado financeiro líquido	24.750	69.795
Outras receitas líquidas	0	58.006
Total Administrativas Líquidas	**(14.360)**	**13.349**
Lucro operacional	**(14.360)**	**13.349**
Imposto de renda e contribuição social	0	(3.204)
Lucro líquido do exercício	**(14.360)**	**10.145**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(14.360)	10.145
Ajustes de exercícios anteriores	(16.104)	0
	(30.464)	**10.145**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Empréstimo com parte relacionada	44.128	402
Tributos a Compensar	(2.046)	(2.976)
	42.082	**(2.574)**
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Bancos conta movimento	582	0
Obrigações e contas a pagar	(11.308)	2.457
Imposto de renda e contribuição social	(1.202)	(9.743)
	(11.928)	**(7.286)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(310)**	**285**
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	310	25
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	0	310
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(310)**	**285**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em reais)

Nota 1. Contexto Operacional: A sociedade tem por fins e objetivos: navegação interior, fluvial e lacustre, no transporte de carga em geral, containers, granéis sólidos, produtos petroquímicos, óleos vegetais a granel, transbordo de mercadorias e agenciamento. **Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem as novas disposições introduzidas, alteradas e revogadas pela lei nº 11.638, de 28/12/2007 e pela Medida Provisória nº 449 (convertida na Lei 11.941/2009) de 03/12/2008. **Nota 3. Principais Práticas Contábeis: a)** De acordo com Lei nº 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, que até 31/12/1995 foram reconhecidos com base na variação da Unidade Fiscal de Referência. **b)** O imobilizado da empresa composto da Barcaça Guaratuba e outros bens, estão totalmente depreciados. **Nota 4.** A Companhia enfrenta duas ações de execução fiscais em andamento, em conjunto com outro devedor.

Processo	Valor	Ação ajuizada em
2003.511.01.019416-1	R$ 3.468.517,07	21.08.2005
2008.511.01.021380-3	R$ 8.269.589,37	14.11.2008

A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos. **Nota 5. Capital Social:** O capital social é representado por R$ 1.502.267 sendo 21.000 ações ordinárias nominativas e 42.000 ações preferenciais nominativas.

Ronaldo Andres Jeffrey Smith - Diretor **Ary Serpa Júnior** - Diretor **Maria Aparecida C. Lopes** - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9

NG METALÚRGICA S.A.

CNPJ nº 01.939.979/0001-20

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante		
Disponibilidades	40.856	52.841
Contas a receber de clientes	55.186	56.921
Estoques	115.368	127.308
	211.410	237.070
Não circulante		
Impostos a recuperar e depósitos judiciais	6.641	2.091
Imobilizado	45.033	50.091
Intangível	501	501
	52.175	52.683
	263.585	289.753

Passivo	2017	2016
Circulante		
Fornecedores e outras contas	14.291	11.688
Financiamentos	846	2.129
Salários e férias a pagar	9.138	8.385
Impostos a recolher	11.511	4.230
Adiantamentos de clientes	65.425	95.354
	101.211	121.786
Não circulante		
Contas correntes - acionistas	108	110
Financiamentos	70	916
Impostos diferidos e outros	352	396
	530	1.422
Patrimônio líquido		
Capital social	100.000	100.000
Reserva de lucros	51.210	55.695
Reserva de reavaliação	10.634	10.850
	161.844	166.545
	263.585	289.753

Receita operacional bruta	2017	2016
Venda de produtos e serviços	231.899	234.115
Deduções		
Impostos incidentes sobre as vendas	(37.114)	(42.064)
Receita operacional líquida	194.785	192.051
Custo dos produtos e serviços vendidos	(171.684)	(160.670)
Lucro bruto	23.101	31.381
Despesas operacionais: Administrativas e gerais	(25.038)	(24.433)
Vendas	(5.405)	(6.777)
Financeiras líquidas	7.487	(1.286)
	(22.956)	(32.496)
(Prejuízo) Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(2.830)	3.886
Imposto de renda e contribuição social	44	163
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.830)	(3.886)
(Prejuízo) Lucro líquido por ações do capital final - R$	(0,03)	(0,04)

	2017	2016
Participação dos empregados	(3.094)	(3.151)
Resultado não operacional	75	217
(Prejuízo) Lucro antes IR e contribuição social	(2.874)	(3.045)
Imposto de renda e contribuição social	44	163
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.830)	(3.886)
(Prejuízo) Lucro líquido por ações do capital final - R$	(0,03)	(0,04)

Reserva de Lucros

	Capital Social	Ações Tesouraria	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de Reavaliação	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	**100.000**	-	**128**	**58.548**	**11.455**	-	**170.431**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(605)	605	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(3.886)	(3.886)
Destinação do resultado do exercício: Reserva de lucros	-	-	-	(3.281)	-	3.281	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**100.000**	-	**128**	**55.567**	**10.850**	-	**166.545**
Aquisição de ações preferenciais do sócios minoritários	-	(1.871)	-	-	-	-	(1.871)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(215)	215	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(2.830)	(2.830)
Destinação do resultado do exercício: Reserva de lucros	-	-	-	(2.615)	-	2.615	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**100.000**	**(1.871)**	**128**	**52.952**	**10.635**	-	**161.844**

Indústrias J.B. Duarte S.A - CNPJ/MF nº 60.637.238/0001-54 - Companhia Aberta - **Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30/04/2018, às 8 horas na sede a Avenida Alcântara Machado 80, conjunto 31, Mooca, São Paulo, SP, para deliberarem sobre a seguinte pauta: AGO- (I) Apreciar e aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, inclusive relatórios parecer dos auditores independentes; (II) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; (III) deliberar sobre a proposta de remuneração global dos administradores; AGE - (I) Ratificação das deliberações e ata da AGE de 27/07/2017, referente a homologação de aumento de capital social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social e no site (http://www.industriasjbduarte.com.br), bem como no site da CVM e da B3, cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia aqui convocada, incluindo aqueles exigidos pela CVM. Conforme artigo 5º da Instrução CVM nº 481/09, do artigo 30º, item II da Instrução CVM 480/09 e artigo 13º do Estatuto Social, os acionistas deverão apresentar com no mínimo quarenta e oito horas de antecedência da Assembleia, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (I) comprovante contendo sua respectiva participação acionária no capital social da Companhia expedido pela B3 ou constante do Livro de Ações Nominativas da Sociedade; e (II) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante caso o acionista se faça representar por procurador. Os documentos aqui mencionados deverão ser endereçados ao Sr. Edson Cordeiro (DRI), na Rua Agostinho Gomes nº 2616, Ipiranga, São Paulo, SP. São Paulo, 13 de abril de 2018. **Leodoe Dênis de Abreu Duarte** - Presidente do Conselho de Administração

Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 22.610.500/0001-88 - NIRE: 35229235874

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 21ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A.

A Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário") e demais de suas atribuições de administração do Patrimônio Separado, conforme decidido em Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, realizada no dia 04 de abril de 2018 ("AGTCRA de 04/04/2018"), vem por meio deste, convocar os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 21ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão" e "Emissora", respectivamente), em atenção ao disposto na cláusula 11, do Termo de Securitização da Emissão, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRA, que será realizada, em primeira convocação, no dia 4 de maio de 2018, às 11h00 horas, na sede do Agente Fiduciário, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Discutir sobre a substituição da Emissora pela ISEC Securitizadora S.A. em decorrência da não intenção de continuidade de prestação de serviços na operação desta, conforme deliberado na AGTCRA de 04/04/2018; (ii) Em decorrência de aprovação do item (i) acima, aprovar o aditamento dos documentos da oferta para que passem a viger com a qualificação da ISEC Securitizadora S.A. na qualidade de emissora e cedente; (iii) Discutir sobre a inclusão ou não, da Citrus Juice Ltda. como nova cedente da oferta e a consequente substituição, inclusão ou reforço, conforme aplicável, do lastro da Emissão; (iv) Em decorrência de aprovação do item (iii) acima, aprovar os novos termos comerciais (incluindo, *inter alia*, as condições precedentes à liberação dos recursos), os termos e condições dos novos contratos de garantia e de quaisquer outros instrumentos ou documentos estruturais necessários à substituição do cedente da oferta e à substituição, inclusão ou reforço, conforme aplicável, do lastro da Emissão, bem como aprovar a formalização, pelo Agente Fiduciário e pela ISEC Securitizadora S.A., de todos os documentos ou medidas necessárias para formalizar tudo o quanto então aprovado pelos Titulares de CRA. Informações Gerais: Os titulares dos CRA poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado. Os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia deverão ser encaminhados (i) por e-mail, para agentefiduciario@vortx.com.br ou (ii) enviados diretamente ao Agente Fiduciário em sua sede, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. Na data de realização da Assembleia, os representantes dos titulares dos CRA deverão se apresentar com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail ao Agente Fiduciário. São Paulo, 13 de abril de 2018. **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** Flavio Scarpelli de Souza - CPF: 293.224.508-27; Ana Eugênia de Jesus Souza Queiroga - CPF: 009.635.843-24.

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL **Leilão de Imóvel** SOMENTE ON-LINE **Dia 04/05/2018 às 10:00h.**

Casa Residencial em São Paulo-SP

São Paulo/SP, Bairro Vila Bela, Casa residencial tipo sobrado com aproximadamente 220,00m² e terreno com 121,80m², Localização na Rua Lombroso, 94. Sendo 02 vagas de garagem, sala de estar e sala de jantar, piso em granito, cozinha com AR planejados, WC social, lavanderia, depósito de gás, churrasqueira, 03 dormitórios, sendo 01 suíte com hidromassagem, casa revestida com quartzo, Construção não averbada na matrícula, regularização e encargos perante órgãos competentes, incluindo despesas inerentes, serão de responsabilidade exclusiva do arrematante comprador. Matrícula 94184 do 6º RI de São Paulo/SP. Ocupada, desocupação em 60 dias após a arrematação. Lance Inicial R$ 520.000,00. **Condições de Venda e Pagamento:** Venda em caráter "Ad Corpus" no estado em que se encontra. Todas as despesas Propter Rem , ou seja, condomínio, IPTU, etc,... com fato gerador até a data da arrematação serão de responsabilidade do vendedor; Condições de pagamento a vista, Sobre o valor arrematado serão acrescidos 5% de comissão do Leiloeiro com pagamento à vista. Washington Luiz P. Vizeu - JUCESP 114; Normas e condições no site.

Infs. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTANO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interressados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1D49B- CONTRATO: 102384023695-0- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0238 AV PAULISTA

ADRIANA TAVARES DA SILVA, BRASILEIRO(A), BANCARIA CPF 05289087826, CI 16.288.952, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 53, 5º ANDAR, EDIFICIO ERIC, BLOCO II, CONJUNTO RESIDENCIAL MIRANTE DO BUTANTA, SITUADO A AVENIDA JAGUARE, Nº 247, 13º SUBDISTRITO - BUTANTA, SAO PAULO, SP.COM A AREA UTIL DE 34,24MS2, AREA DE 28,98MS2 REFERENTE A GARAGEM ACESSORIA Nº F-46, LOCALIZADO NO 3º ANDAR DO EDIFICIO MIRENA, A AREA COMUM DE 22,64MS2, AREA TOTAL DE 85,86M2, E A FRAÇÃO IDEAL NO TERRENO DE 0,28649%. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS. SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 709.806,19
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 250.342,32

SAO PAULO, 29/03/2018
ARY ANDRÉ NETO

29/03 – 02 - 18/04/2018

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTANO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interressados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1D49C- CONTRATO: 8027300204080-0- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0273 VILA MARIA

ALBERTO PERES, BRASILEIRO(A), VENDEDOR CPF 08561080817, CI 20.845.734 SSP/SP, CASADO(A) COM **ELAINE COSTA PERES**, BRASILEIRO(A), AUXILIAR FINANCEIRA CPF 08207423846, CI 17.481.589-X SSP/SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: UMA CASA, SITUADA NA PRAÇA ARY FRANCISCO DE PAULO, Nº 14, ANTIGA RUA 25, ANTIGA PRAÇA A, PARTE DOS LOTES 59,60 E 61, QUADRA 27, VILA SAO FRANCISCO, DISTRITO ERMELINO MATARAZZO, SAO PAULO, SP. MEDINDO 6,65M DE FRENTE PARA A REFERIDA RUA, COM A AREA DE 200,30MS2. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 23.561,87
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 229.000,00

SAO PAULO, 28/03/2018
ARY ANDRÉ NETO

28 - 31/03 - 18/04/2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0030231-42.2012.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ MACIVIL DE SOUZA, CPF 842.401.308-58, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum, por parte de Rogério Varadia, objetivando seja julgada procedente, condenando o réu ao pagamento de R$10.000,00(abril/12), sendo R$4.600,00 referente à indenização por danos morais e R$5.400,00 a honorários advocatícios em ação trabalhista devidamente corrigido e acrescido das custas e despesas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 17.18

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0018041-22.2017.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Moraes de Carvalho Queiroz, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Cláudia Plasentine Marcuci Machado, CPF 066.112.728-10, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Sociedade Educacional Brasileira Ltda., na qual foi determinada a sua intimação para pagamento da quantia de R$ 56.052,03 (julho/2017). Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia retro mencionada devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de abril de 2018. 17 e 18.04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0009817-65.2012.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III – Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Moraes Souto Maior Baião, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a JONES DE CAMPOS JUNIOR, CPF 403.168.868-74, Brasileiro, Solteiro, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaú-Unibanco S/A, atual, relativa ao veículo marca PEUGEOT, cor cinza, ano/modelo 2001, placa DER9802, chassi 9362CTLZ91W058944, apreendido em 31.05.2012, haja vista o inadimplemento da cédula de crédito bancário com garantia de alienação fiduciária contrato nº 605317177. O bem foi apreendido, conforme auto de apreensão de fls. 107 dos autos e o réu encontrando-se em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que no prazo de 15 dias, ofereça resposta, a fluir após o término do prazo do presente edital. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, considerando-se o réu revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de novembro de 2017. 17 e 18.04

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0005568-98.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **CICERO FERREIRA DE GODOY**, CPF 632.541.078-53, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Condomínio Conjunto Residencial Parque Brasil. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 593.934,54 (em 23/02/2017), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2018. 17 e 18.04

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1090419-84.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Simone Cristina Lima, CPF 147.737.558-90, que por este Juízo tramita uma ação de Procedimento Comum, ora em fase de Cumprimento de Sentença, movida por Cielo Vermelha Brasileira – Filial do Estado de São Paulo. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após os 20 dias supra, pague a quantia de R$ 5.601,66 (julho/2017), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2018. 17 e 18.04

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital, devidamente autorizado pela **DOMUS COMPANHIA HIPOTECARIA,** por estar(em) em lugar incerto e não sabido ou presumivelmente se ocultando, fica(m) notificado(s) o(a)(s) Sr(a). FLAVIO ALBANO CONTRERAS, BRASILEIRO, CASADO NO REGIME DA COMUNHAO UNIVERSAL DE BENS, NA VIGENCIA DA LEI 6.515/77, PRODUTOR TIPO GRAFICO, CPF: 105.250.948-73 e seu cônjuge MARIANGELA IRACLIS BOUCOUVALAS CONTRERAS, BRASILEIRA, DO LAR, CPF: 142.159.458-79 de que o **1º Público Leilão e 2º Público Leilão** do imóvel sito à: RUA JOSÉ JARDIM DA SILVEIRA, Nº 140, APTO 52, ED ANDAR, MORADA MARACANÃ II, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO - SÃO PAULO/SP. Serão realizados nos seguintes dias e horários: **1º Leilão: Dia: 20/04/2018 Das 12:30 As 12:45h,** no(a) RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, AG. ESTADOS UNIDOS - COD 2887, SÃO PAULO/SP e o **2º Leilão: Dia: 11/05/2018 DAS 12:30 AS 12:45h,** no mesmo local de realização do primeiro leilão, na forma da Lei (Decreto-Lei Nº 70 de 21.11.66) e Regulamentação Complementar, para pagamento da dívida hipotecária em favor do(a) **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** por se acharem vencidas e não pagas as obrigações pecuniárias referentes ao financiamento imobiliário contrato nº **1023941213786,** relativo ao imóvel acima descrito, e cuja hipoteca encontra-se inscrita no 11º Registro Geral de Imóveis de SÃO PAULO/SP, sob nº 226.817. O Segundo público leilão ocorrerá somente na hipótese de não haver licitante no Primeiro Leilão.

São Paulo, 17 de Abril de 2018
HELIO JOSE ABDOU
Leiloeiro Público Oficial
Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP.
Fones: 11-97334-6595 – 11-2687-1327.

17, 18 e 19/04/2018
SED 10319/2017

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital, devidamente autorizado pela **COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO,** por estar(em) em lugar incerto e não sabido ou presumivelmente se ocultando, fica(m) notificado(s) o(a) Sr(a). MARIANNE ELVIRA REY, ALEMÃ, SEPARADA JUDICIALMENTE, METALURGICA, CPF: 051.028.378-09 e HANS JORG REY, ALEMÃO, SOLTEIRO, MAIOR, METALURGICO, CPF: 126.446.598-09 de que o **1º Público Leilão e 2º Público Leilão** do imóvel sito à: RUA MACAJUBA, Nº 39, AP 23, 2º ANDAR DO EDIFICIO MIRADOR E VAGA Nº B-5 DO TIBO B, NO 2º SUBSOLO DO EDIFICIO MIRADOR, VILA MARACANÃ, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO - SAO PAULO/SP. Serão realizados nos seguintes dias e horários: **1º Leilão: Dia: 26/04/2018 Das 12:30 AS 12:45h,** no(a) DAS 12:30 AS 12:45RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, AG. ESTADOS UNIDOS - COD 2887, SÃO PAULO/SP e o **2º Leilão: Dia: 16/05/2018 DAS 12:30 AS 12:45h,** no mesmo local de realização do primeiro leilão, na forma da Lei (Decreto-Lei Nº 70 de 21.11.66) e Regulamentação Complementar, para pagamento da dívida hipotecária em favor do(a) **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** por se acharem vencidas e não pagas as obrigações pecuniárias referentes ao financiamento imobiliário contrato nº **1181641345451**, relativo ao imóvel acima descrito, e cuja hipoteca encont